

CAMAMU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. CONTEXTO	6
1.1 PRODETUR/NE-I	6
1.2 PRODETUR/NE-I	7
1.3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS DA SETUR/BA	9
2 DIRETRIZES SETORIAIS E PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE MUNICÍPIOS	11
2.1 Turismo	14
2.1.1 Diretrizes para a Gestão do Turismo	14
2.1.2 Programas existentes para fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	18
2.2. Cultura	19
2.2.1 Diretrizes para a Gestão da Cultura	19
2.2.2 <i>Programas existentes para fortalecimento da Gestão Municipal da Cultura</i>	20
2.3. Meio Ambiente	21
2.3.1 Diretrizes para a Gestão Ambiental	21
2.3.2 Programas existentes para o fortalecimento da Gestão Ambiental	23
2.4 Desenvolvimento Urbano	16
2.4.1 Diretrizes para a Gestão Urbana	26
2.4.2 Programas existentes para fortalecimento da Gestão Urbana no Município	27
3. PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	29
3.1 Turismo	31
3.2 Cultura	32
3.3 Meio Ambiente	34
3.4 Desenvolvimento Urbano	37

4. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	40
4.1 Identificação	40
4.2 Dados Geográficos	40
4.3 O Município no Sistema de Planejamento Estadual	41
4.4 Constituição do PIB Municipal	43
4.5 Indicadores de Desenvolvimento	44
5. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO	45
5.1 Diagnóstico da Dimensão Organizacional	45
5.1.1 Estrutura Organizacional	46
5.1.2 Competências e Atribuições Administrativas de cada Secretaria	46
5.1.3 Legislação Específica	46
5.1.4 Articulação Interna	47
5.1.5 Existência de Projetos e Planos	47
5.1.6 Conclusão	48
5.1.7 Quadro Síntese da Dimensão Organizacional	49
5.2 Diagnóstico da Dimensão Operacional	50
5.2.1 Recursos Financeiros	50
5.2.2 Recursos Humanos	52
5.2.3 Recursos Técnicos	54
5.2.4 Conclusão	54
5.2.5 Quadro Síntese da Dimensão Organizacional	55
5.3 Diagnóstico da Dimensão da Sustentabilidade	56
5.3.1 Mecanismos de Participação da Comunidade nas Decisões	56
5.3.2 Existência de Convênios, Consórcios e Parcerias	56
5.3.3 Mecanismos para a Transparência da Gestão	57
5.3.4 Conclusões	58
5.3.5 Quadro Síntese da Dimensão de Sustentabilidade	59
6. PLANO DE AÇÃO	60
7. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	68
Apêndices	70
APÊNDICE 1 – Metodologia Utilizada	70
APÊNDICE 2 – Questionário Aplicado durante a Oficina	76
APÊNDICE 3 - Questionário aplicado junto à Prefeitura	7

APRESENTAÇÃO

Este documento constitui-se no Plano de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo, do Patrimônio Natural e Cultural (PMGT) do Município de **Camamu** integrante do Pólo Litoral Sul; foi elaborado pela Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (SUINVEST) – com apoio de gestores e técnicos do município – e finalizado pela equipe da Assessoria Institucional (ASSIN), ambas da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR).

O fortalecimento da gestão municipal é o objeto central do PMGT. Seus resultados coincidem com a estratégia de desenvolvimento proposta pela SETUR, contida no documento denominado **Terceiro Salto do Turismo**¹, que analisa e traça diretrizes para o turismo na Bahia, em consonância com o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual (PPA) vigente; este documento indica a **dinamização do turismo e dos serviços superiores geradores de emprego e renda** como eixo estratégico para o setor turístico baiano.

O escopo do plano em questão prevê a integração de programas de desenvolvimento institucional existentes nas três esferas de governo e abrangerá as instituições municipais que se ocupam da gestão do turismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento urbano. As ações nele contidas pretendem oferecer instrumentos adequados de planejamento e gestão aos governos municipais e setores envolvidos com a área turística local.

A elaboração deste plano ocorreu após avaliação de consultoria contratada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre os resultados da primeira fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR- NE/I), quando algumas carências institucionais foram observadas: em planejamento e gestão, conhecimentos técnicos dos servidores, dificuldades em buscar e gerir recursos, entre outras.

¹ Documento que consolida a estratégia do turismo no Estado, denominado *Terceiro Salto do Turismo da Bahia: após consolidação da imagem da Bahia como produto turístico cultural (décadas de 30 a 70 – o 1º salto), o 2º salto expressa-se na implantação da infraestrutura, do Prodetur, do planejamento estratégico profissionalizado, na promoção e marketing (entre a década de 80 e início do século XXI); o 3º salto ocorre a partir de 2007, com a participação do trade, dos trabalhadores de turismo, capitaneados pelo Governo do Estado, via SETUR, trabalhando em busca da inovação de produtos e serviços, da qualificação profissional e empresarial e da integração econômica e social do turismo, para se atingir o desenvolvimento sustentável que possa proporcionar vida melhor para os cidadãos e cidadãs da Bahia.*

Foram escolhidos onze municípios² do litoral baiano, que, dentre outros critérios, possuíam “*obras de infraestrutura priorizadas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)*”, documento base para a seleção das ações do PRODETUR/NE II.

A SETUR optou por se utilizar dos recursos do PRODETUR-NE/II para a implantação de um Sistema de Informações Georreferenciado (SIG), fundamental para a consecução dos objetivos do plano; o sistema será acessado através de “portal web” financiado também pelo PRODETUR.

Para a adaptação/desenvolvimento do referido sistema, denominado GEOPOLIS, a SETUR descentralizou recursos para a Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER). O sistema contém módulos para cadastro imobiliário, de logradouros e de atividades; a ele foi acrescentado o módulo de Turismo, com dados sobre equipamentos, serviços e atrativos. Imagens aerofotogramétricas, obtidas com recursos da Secretaria do Planejamento do Estado (SEPLAN), serão utilizadas para compor o referido sistema, juntamente com uma base cartográfica digital. Em níveis diferenciados, os munícipes, os futuros investidores, os turistas, poderão acessar o sistema instalado em cada município, através do “portal” específico.

A grande quantidade de dados armazenados disponibilizará conteúdos determinantes para as necessidades de capacitação profissional e empresarial e de investimentos em infraestrutura. Também serão fornecidos elementos (inclusive legislação) que possam colaborar na atração de investimentos e implantação de negócios em conformidade com normas de sustentabilidade.

A democratização do acesso às informações deverá estimular a participação dos agentes da atividade turística no estabelecimento de prioridades da área e no compartilhamento de responsabilidades; proporcionará aos potenciais turistas a obtenção de informações seguras e para aqueles que já se encontram em pleno lazer, o acompanhamento da agenda da cidade.

Este plano deverá ser distribuído aos gestores e entidades públicas da cidade, aos principais entes locais de representação, bibliotecas e foi organizado no seguinte formato:

² Cairu, Camaçari, **Camamu**, Itacaré, Itaparica, Maraú, Mata de São João, Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia, Valença, Vera Cruz

1. Contextualização – origem do PRODETUR, concepção do PMGT, utilização dos recursos, orientações metodológicas da SETUR para a elaboração do plano
2. Diretrizes setoriais e programas de fortalecimento institucional de municípios – aspectos da gestão municipal, competências, programas federais, descrição e orientações sobre programas específicos nos três níveis de governo
3. Perfil dos municípios brasileiros – panorama sobre os mais importantes aspectos da gestão municipal, com tabelas e gráficos comparativos (turismo, cultura, desenvolvimento urbano, meio ambiente e tecnologia de informação)
4. Identificação e caracterização do município – dados geográficos e sociais e localização conforme as configurações de planejamento territorial e turístico
5. Diagnóstico – conciliação das informações obtidas nos próprios municípios, através de oficinas com participação de gestores públicos e atores turísticos locais
6. Plano de ação – ações sugeridas para o desenvolvimento das respectivas áreas
7. Metodologia de acompanhamento – apresentação do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados (SIGEOR), cedido pelo SEBRAE

Apêndices

Anexos

As áreas escolhidas pela SETUR como objeto das ações de fortalecimento dos municípios, estabelecidas no PMGT, foram aquelas que, além de apresentarem carências institucionais, são direta ou indiretamente afins ao Turismo (identificado pelo PRODETUR como prioritário para o desenvolvimento dos municípios da Região Nordeste):

- Turismo
- Cultura
- Meio Ambiente
- Uso e Ocupação do Solo (Desenvolvimento Urbano)

1. CONTEXTO

1.1 PRODETUR/NE-I

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) é um programa de crédito para o setor público (estados e municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. O PRODETUR/NE é financiado com recursos do BID e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor.

O programa foi desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no começo da década de 90, e tinha como objetivo identificar atividades econômicas que apresentariam vantagens competitivas caso desenvolvidas na Região Nordeste. Os estudos concluíram que uma das oportunidades mais viáveis para a região era o Turismo, pelo fato de apresentar recursos cênicos e culturais significativos, além de mão de obra em abundância e custos relativamente baixos.

Após negociações envolvendo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o BNB, o BID, o então Ministério dos Esportes e Turismo e os estados da Região Nordeste, o PRODETUR/NE foi criado, iniciando-se ainda em 1994; com financiamento de US\$400 milhões, foi finalizado em 2002.

Com a implantação da primeira fase do PRODETUR/NE ocorreram melhorias significativas na infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto) e de suporte ao turismo (aeroportos, urbanização de áreas turísticas, centros de convenções, recuperação de patrimônio histórico) nas localidades atingidas pelo programa. Também houve impacto parcial no desenvolvimento econômico dos municípios. Entretanto, pôde-se observar a ocorrência de impactos socioambientais negativos direta e indiretamente associados às intervenções realizadas, comprometendo os resultados do Programa. Alguns desses impactos podem ser creditados em parte à fragilidade dos governos municipais, conforme relatório de avaliação elaborado por consultoria contratada pelo BID.

1.2 PRODETUR/NE-II

Com o conhecimento dos resultados observados na primeira fase do Programa, dois grandes direcionamentos estratégicos foram definidos durante as negociações do PRODETUR/NE II, iniciadas em 1999:

- a reparação dos impactos negativos resultantes da primeira fase do Programa e
- a não repetição de tais impactos em sua segunda fase, por meio da incorporação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Para a aplicação dessas diretrizes na estruturação da segunda fase, foram desenvolvidos novos conceitos e estratégias, tais como:

- definição das áreas a serem beneficiadas pelas ações do Programa, com base no conceito de Pólos Turísticos;
- realização de planejamento integrado e participativo, para o desenvolvimento sustentável do turismo nos pólos turísticos selecionados;
- foco em ações que visam o desenvolvimento humano e social;
- priorização de ações que visam à mitigação de passivos ambientais, associados a alguns dos projetos do PRODETUR/NE I;
- priorização de ações necessárias para complementar os investimentos da primeira fase do Programa;
- fortalecimento da gestão municipal.

Esses conceitos e estratégias se materializaram no Regulamento Operacional do PRODETUR/NE-II, elaborado após a realização de diversas reuniões preparatórias, que culminaram com a assinatura, em 27/09/2002, do Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR entre o BID e o BNB envolvendo recursos no valor de US\$240 milhões.

Após a assinatura do Contrato de Empréstimo, os estados iniciaram os procedimentos previstos no regulamento operacional do Programa e na legislação nacional, com vistas à contratação do subempréstimo junto ao BNB. Os contratos de subempréstimo foram assinados entre 2004 e 2006, com os estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Os contratos firmados entre o BNB e o Governo do Estado da Bahia envolveram o montante de US\$ 39 milhões, distribuídos em três contratos de subempréstimos.

As ações que compõem as matrizes desses contratos foram definidas através de um planejamento participativo, que culminou na elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para os polos turísticos, acessíveis através do site www.bnb.gov.br/prodetur.

- Polo do Descobrimento (Costa do Descobrimento e Costa das Baleias)
- Polo Litoral Sul (Costa do Dendê e Costa do Cacau)
- Polo Salvador e Entorno (Baía de Todos os Santos e Litoral Norte)
- Polo Chapada Diamantina.

A execução das ações constantes dos planos (priorizadas para compor o PRODETUR/NE-II) pode ser acompanhada através do Centro de Informação Pública do Programa, acessíveis através do site www.bnb.gov.br/cip.

Os recursos do financiamento podem ser aplicados em obras de infraestrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, de capacitação profissional e empresarial, e de fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

O programa incluiu vários mecanismos que pudessem assegurar o fortalecimento institucional das prefeituras, cujos procedimentos de execução encontram-se no Anexo F do Regulamento Operacional do PRODETUR. Este regulamento indica que serão beneficiadas as secretarias municipais responsáveis pela gestão de áreas com problemas detectados na primeira fase do PRODETUR/NE.

A tabela abaixo demonstra como pode ser realizada a distribuição dos recursos.

Tabela 1 – PMGT – Categorias de Investimento e Limites

Categoria	Distribuição dos Investimentos (%)
Consultoria	20 a 25
Capacitação	20 a 25
Sistemas e Equipamento de Informática e de Comunicação	30 a 35
Material de Apoio e de Divulgação	Até 10
Instalações Físicas	Até 10

A distribuição dos investimentos financiados pelo PRODETUR/NE-II poderá ser diferente da prevista no quadro acima, desde que acompanhada de justificativa plausível, submetida à análise do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB). O plano poderá indicar ações que devem ser realizadas com recursos de outras fontes, preparando-se estratégia específica de captação de recursos.

1.3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS DA SETUR/BA

A metodologia usada para a constituição dos planos sistematizou as principais questões relativas às áreas direta ou indiretamente ligadas ao turismo. Foi utilizado um formato pelo qual os agentes (públicos e privados) pudessem dispor de instrumental adequado para colaborar na manutenção e incremento dos atrativos turísticos e os serviços afins da localidade. Além disso, estimulou a convergência de parcerias entre os atores sociais, para permitir a identificação dos obstáculos ao desenvolvimento do turismo e a construção de uma agenda de resultados e ações pactuadas. Buscou alinhar o plano com as competências constitucionais dos municípios, com as diretrizes setoriais e com os programas de fortalecimento da gestão municipal.

Como resultado, um novo caminho para a compatibilização dos projetos que deverão/poderão ser executados com os já existentes ou em andamento nos municípios contemplados pelo Plano, evitando-se a sobreposição de ações, aproveitando-se melhor os recursos públicos disponíveis.

Foram utilizados os seguintes instrumentos para levantamento de dados: oficinas participativas; aplicação de questionário junto a técnicos e gestores municipais; reunião com órgãos estaduais que atuam no fortalecimento da gestão municipal – Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) – Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) – Secretaria de Cultura (SECULT) – Secretaria do Planejamento (SEPLAN).

Também foram realizadas pesquisas na Internet sobre programas do governo federal que apoiem o fortalecimento da gestão municipal, nas áreas de atuação do projeto.

O processo do diagnóstico inicial utilizou os instrumentos metodológicos descritos nos apêndices ao final deste documento e contou com apoio de empresa contratada pela licitação nº 003/04 – Co-Labore Consultoria Gerencial Ltda.

A versão atualizada do plano foi apresentada em oficinas nos respectivos municípios, tendo como objetivos:

- validar os dados e o plano de ação
- apresentar possíveis fontes de recursos para a sua execução
- apresentar a sistemática de acompanhamento e avaliação do plano
- definir a equipe responsável pela implantação das ações em cada município

Para o fortalecimento dessas secretarias, é necessário conhecer as atribuições e competências estabelecidas para os municípios na legislação e nas políticas públicas vigentes, bem como os programas existentes para o fortalecimento institucional dos municípios, o que será apresentado no capítulo seguinte.

2. DIRETRIZES SETORIAIS E PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE MUNICÍPIOS

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe mais autonomia para os municípios, conforme disposto nos artigos 18, 29 e 30. De acordo com o artigo 18, o município passa a compor a organização politicoadministrativa da República Federativa do Brasil. O artigo 29 estabelece a sua capacidade de eleger seus agentes políticos e o artigo 30 indica as competências municipais, tais como:

- legislar sobre assuntos de interesse local;
- suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- instituir e arrecadar tributos de sua competência, aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;
- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo;
- manter, com a cooperação técnica e financeira da União e dos estados, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e dos estados, serviços de atendimento à saúde da população;
- promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Já na lista abaixo, observa-se que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- preservar as florestas, a fauna e a flora;
- fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Portanto, a preservação do patrimônio histórico e cultural, a proteção ao meio ambiente e a gestão do turismo estão sob a égide dos três níveis de governo. No tocante à política urbana, todos têm competência para legislar, mas compete exclusivamente ao município o controle do uso do solo urbano.

Para balizar as relações intergovernamentais, a Constituição Federal de 1988, através do parágrafo único do artigo 23, prevê a fixação de normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, através de leis complementares. Ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 388/2007, que regulamentará o artigo 23 da constituição Federal de 1988. A falta de regulamentação das formas de cooperação entre os entes federados tem provocado muitos conflitos de competência, especialmente no que tange às normas de proteção ao meio ambiente.

Outro destaque da Constituição Federal de 1988 foi o estabelecimento de mecanismos, voltados para a participação popular na formulação, monitoramento, controle, fiscalização e avaliação de políticas e programas públicos, tais como:

Os conselhos municipais têm sido o instrumento mais valorizado de participação popular, sendo obrigatórios para a efetivação de algumas políticas públicas. A importância dada às instâncias locais se justifica em função da proximidade entre o centro de decisão e o cidadão, especialmente quanto aos serviços públicos que mais influem na vida cotidiana e no bem-estar da população. Entretanto, em geral, os governos municipais não apresentam as mesmas condições que a União e os estados para a aplicação de políticas públicas, o que justifica a implantação de programas voltados para o seu fortalecimento.

Diversos programas federais e estaduais estão em curso para o fortalecimento da gestão municipal. Alguns são específicos das áreas de abrangência do PMGT; outros têm abrangência mais ampla na gestão municipal.

Como exemplo, o Governo do Estado da Bahia tem uma linha de ação voltada para a implantação de um sistema de planejamento nos municípios, através de duas iniciativas:

- REPGE – Rede Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica – consiste na implantação de um sistema físico de voz e dados;
- SIDGEO - Sistema de Dados Estatísticos Georreferenciais – em 2008 a SEPLAN assinou contrato para adquirir imagens de satélite com resolução de 2,5m, de toda a Bahia, para atualização da base cartográfica do Estado e para a disponibilização de um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) com informações do banco de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Nos subtópicos seguintes serão descritas as diretrizes setoriais para as áreas de atuação do plano, bem como os programas existentes para o fortalecimento municipal da gestão dessas áreas. Estas informações são importantes para promover o seu alinhamento estratégico com as diretrizes públicas setoriais e evitar a sobreposição de ações com outros programas de fortalecimento institucional em andamento, melhorando a aplicação dos recursos disponíveis.

2.1 Turismo

2.1.1. Diretrizes para a Gestão do Turismo

A descentralização da gestão do turismo iniciou-se com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), elaborado em consonância com os instrumentos operacionais concebidos pela Organização Mundial do Turismo (OMT). O PNMT vigorou de 1994 a 2002 e, dos cerca de 1.800 municípios turísticos brasileiros (dados da época), teve adesão de apenas 497; seu direcionamento abriu um novo cenário para o desenvolvimento dos inúmeros municípios turísticos do país.

A partir de 2003, o Governo mudou o foco de atuação do município para a região turística, com novas diretrizes, tais como a promoção da integração e cooperação entre os municípios; ampliação e qualificação do mercado de trabalho; otimização do uso dos recursos humanos, materiais e financeiros de uma região, evitando-se, principalmente a duplicidade de ações numa mesma região. A atividade turística tem características próprias – os destinos se complementam com os seus respectivos entornos. A partir de então, os projetos que contemplassem regiões ou grupos de municípios passaram a ser privilegiados.

Para a consecução dos novos objetivos, o Ministério do Turismo (MTur) concebeu o Plano Nacional de Turismo (PNT), que propôs um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, integrando as diversas instâncias públicas e iniciativa privada. Através da criação de ambientes de reflexão, discussão e definição de suas diretrizes gerais, pretendeu alcançar todas as regiões brasileiras e todos os setores representativos do turismo nacional. Esse modelo de gestão formatou um Sistema Nacional de Gestão do Turismo, composto, no seu nível estratégico, por um núcleo básico formado pelo MTur, pelo Conselho Nacional de Turismo (CNT) e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR).

O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o Ministro do Turismo na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo. Formado por representantes do governo federal e dos diversos segmentos do turismo, o Conselho é hoje integrado por 65 conselheiros de instituições e entidades do setor em âmbito nacional.

Para assessorar tecnicamente o CNT, foram instituídas as Câmaras Temáticas, integradas por representantes das entidades partícipes do Conselho Nacional com afinidade com cada tema proposto e por outros indicados e referendados pelos conselheiros. Foram instaladas 10 Câmaras Temáticas, a saber:

- Câmara Temática de Legislação
- Câmara Temática de Regionalização
- Câmara Temática de Qualificação Profissional
- Câmara Temática de Financiamento e Investimento
- Câmara Temática de Segmentação
- Câmara Temática de Infra-Estrutura
- Câmara Temática de Promoção e Apoio à Comercialização
- Câmara Temática de Qualificação da Superestrutura
- Câmara Temática de Turismo Sustentável e Infância
- Câmara Temática de Tecnologia da Informação

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) é um órgão consultivo constituído pelos secretários e dirigentes estaduais de turismo, que tem como função auxiliar na prospecção de problemas e soluções, concentrando as demandas oriundas dos estados e municípios.

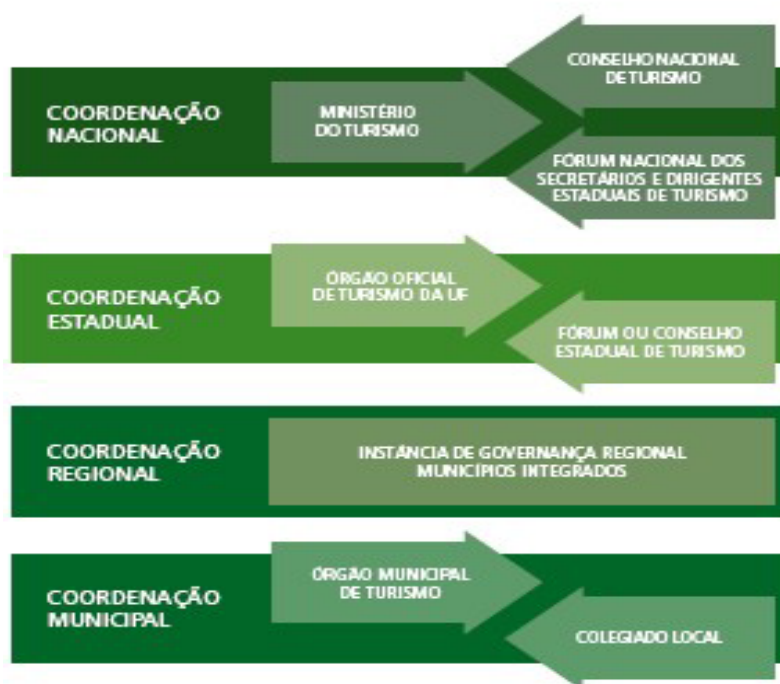
Complementam a rede de gestão descentralizada os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, instâncias e representação do turismo nas unidades da federação, formados por representantes do setor público, incluindo representantes dos municípios e regiões turísticas, da iniciativa privada e do terceiro setor, além de outras entidades de relevância estadual vinculadas ao turismo. Os Fóruns e os Conselhos Estaduais de Turismo cumprem o papel de interlocução entre o governo federal e os destinos, nas regiões turísticas e nos municípios, devendo estar conectados às necessidades advindas dos municípios e regiões turísticas.

As principais atribuições das instâncias estaduais de turismo são: contribuir na formatação e implementação do PNT, atuando como fórum facilitador e articulador no encaminhamento de ações conjuntas; elaborar os programas, projetos e ações estratégicas, aportando recursos e capacidade gerencial; criar parcerias e articular com os diversos atores, para executar e avaliar os programas e projetos concebidos.

Outra importante vertente da Inovação para os municípios contemplados no PMGT é a da **Interiorização**, que se traduz na irradiação do turismo para além da Capital e dos municípios tradicionalmente receptores de turistas. A SETUR está valorizando o potencial de cada município, preocupando-se em melhorar os serviços, qualificar os empresários e trabalhadores e criar novos roteiros para atrair mais turistas. As ações se manifestam no investimento em eventos tradicionais e/ou típicos, na preservação do patrimônio cultural, no resgate de valores do passado e no respeito à identidade das comunidades. Assim é possível transformar o patrimônio imaterial dos municípios em ativos econômicos, gerando emprego, renda e melhor qualidade de vida para seus moradores.

O funcionamento do processo de gestão descentralizada necessita de que a modernização tecnológica seja impulsionada e disponibilizada para todos os atores integrantes dessa rede institucional. O uso da tecnologia da informação facilita a comunicação e a organização dos agentes do turismo local, estimulando a cooperação entre os mesmos.

Figura 2 – Instâncias de Representação



Fonte: Ministério do Turismo

A Lei Geral do Turismo, recentemente criada, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. O Ministério do Turismo poderá, no

entanto, delegar competência para o exercício de atividades e atribuições específicas estabelecidas nessa Lei a órgãos da administração pública e outros entes federativos, transferindo funções relativas ao cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços. A aplicação de penalidades e arrecadação de receitas também poderão ser delegadas.

Esse dispositivo legal indica que a Política Nacional de Turismo obedecerá a princípios constitucionais tais como os da livre iniciativa, da descentralização e do desenvolvimento econômico e social justo e sustentável.

O Plano Nacional de Turismo norteará à Política Nacional de Turismo, devendo ser revisado a cada quatro anos. O plano relativo ao período de 2007-2010 está disponível no site www.turismo.gov.br. Para compatibilizar a Política Nacional de Turismo e a consecução das metas do Plano com as demais políticas públicas, será criado o Comitê Interministerial de Facilitação Turística.

O Sistema Nacional de Turismo, definido na citada Lei, tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo, envolvendo todos os agentes do sistema de gestão compartilhada, já descrita.

2.1.2 Programas existentes para fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo

O Ministério do Turismo criou o Macroprograma de Regionalização do Turismo, que atualmente conta com 276 regiões turísticas no Brasil, envolvendo 3.635 municípios. O referido programa dispõe sobre estruturação, ordenamento e diversificação da oferta turística no País e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo 2007/2010 e abrange os seguintes programas: Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos; Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo (PRODETUR) e Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização.

A seleção e estruturação de 65 destinos indutores (escolhidos através de pesquisa de índices de competitividade) que estão sendo preparados para

alcançar um padrão internacional de qualidade também é consequência das diretrizes propostas no Macroprograma.

O Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização tem como objetivos principais a capacitação de seus interlocutores estaduais, a criação e fortalecimento das instâncias de governança municipal e regional e a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional.

Esse programa atua na gestão municipal, na medida em que abrange a criação ou fortalecimento da instância de governança municipal e a capacitação de membros dessas instâncias. Entretanto, não há um programa específico com foco no fortalecimento da gestão pública do turismo no nível municipal. O PRODETUR/NE-II é o único programa em nível nacional a aportar recursos para o desenvolvimento institucional dos municípios – com foco no turismo.

2.2 Cultura

2.2.1 Diretrizes para a Gestão da Cultura

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi criado para facilitar a implantação de políticas públicas – democráticas e permanentes – na vasta área da cultura. Auxiliando também no incremento da parceria entre entes governamentais e sociedade civil, o SNC propõe três eixos, a saber:

- I. Pactuação federativa – ocorre através da adesão ao SNC, com a assinatura de um protocolo de intenções, que estabelece as condições e dá orientações para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, no âmbito estadual e municipal, cujos principais resultados esperados são os seguintes:
 - elaboração e efetivação dos planos locais e das redes e sistemas de cultura;
 - fortalecimento da participação social nos processos de formulação, gestão e avaliação das políticas públicas, com a criação/qualificação de fóruns e conselhos;
 - fortalecimento institucional do órgão gestor da política cultural;
 - integração de programas e projetos voltados para a capacitação e o aprimoramento de setores e instituições culturais específicos;
 - fomento ao fluxo de projetos culturais em circuitos nacionais;

- implantação de sistema de financiamento sustentável e participativo;
 - implantação de leis ou instrumentos normativos que assegurem o desenvolvimento de um novo modelo de gestão.
- II. Participação e controle social – dar-se-á através dos conselhos de cultura, das conferências, dos fóruns e das redes.
- III. Transversalidade da cultura – visa inserir e fortalecer a dimensão cultura nas diversas políticas governamentais, promovendo a valorização e o respeito à diversidade nos seus diferentes contextos identitários; visa articular e implantar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas sociais, destacando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social.

Dados do SECULT dão conta de que já houve adesão de 316 dos 417 municípios do Estado à proposta do Sistema Nacional de Cultura. O município de CAMAMU já se encontra com o protocolo de adesão totalmente regularizado.

2.2.2 Programas existentes para fortalecimento da Gestão Municipal da Cultura

Embora incentive a adesão dos municípios, o Governo Federal não disponibiliza recursos financeiros para a implantação do Sistema Nacional de Cultura.

No plano estadual, a Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia preparou um pacote de incentivos para aqueles que assinarem a adesão ao SNC. Há vários critérios, aumentando os incentivos de acordo com o grau de organização da gestão municipal.

Para a consolidação do Sistema Estadual de Cultura, o Governo do Estado da Bahia contratou a Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Serão oferecidos assessoramento e assistência técnica a cem municípios do Estado, com vistas à institucionalização de suas respectivas áreas de cultura. Os objetivos específicos são:

- assessorar e apoiar as municipalidades na constituição e implantação ou dinamização de conselhos municipais de cultura;
- colaborar na estruturação, fortalecimento e/ou implementação de um órgão gestor de cultura em cada município, compatível com as suas características intrínsecas;
- orientar a formulação e elaboração de planos municipais de cultura;

- prover assistência técnica para a constituição de fundos municipais de cultura;
- sensibilizar a Câmara de Vereadores quanto ao Sistema Municipal de Cultura.

Os municípios a serem beneficiados por esse Programa deverão compor, preferencialmente, cinco Territórios de Identidade: Bacia do Jacuípe, Baixo Sul, Sisal, Velho Chico e Vitória da Conquista. O município de CAMAMU faz parte dos Territórios de Identidade prioritários para a área cultural, já aderiu ao SMC e tem estimulado, com sucesso, atividades culturais locais. Há no município uma secretaria que abrange Educação, Esportes e Cultura, que estabelece permanente ligação com o Turismo e setores afins ao desenvolvimento local.

A partir de articulação institucional entre SETUR e SECULT, os municípios do PMGT serão integrados ao grupo de municípios atendidos neste programa.

2.3 Meio Ambiente

2.3.1. Diretrizes para a Gestão Ambiental

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o tema ambiental como matéria de competência comum entre todos os entes federados. Antes de sua promulgação, o tema já previa a cooperação entre os três níveis de governo. A instituição da Política Nacional de Meio Ambiente, através da Lei 6.938/81, criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), ainda em vigor.

Coube ao município, dentro do SISNAMA, a fiscalização de atividades de pequeno porte, o licenciamento de atividades de impacto estritamente local e a promoção da participação comunitária, através dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e da Educação Ambiental. Ao município cabe também legislar sobre o tema de forma suplementar à União e aos estados, bem como elaborar e desenvolver planos e estratégias com vistas ao desenvolvimento sustentável local.

Apesar de não haver regulamentação para as relações intragovernamentais previstas na Constituição Federal de 1988, o Ministério do Meio Ambiente tem buscado favorecer e incentivar essa autonomia por meio das seguintes ações:

- proposição de Projeto de Lei para regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal;
- implantação e apoio às Comissões Tripartites, espaço de diálogo entre os órgãos ambientais de municípios, estados, Distrito Federal e União, com o objetivo de qualificar a articulação entre os órgãos de governo pertencentes ao SISNAMA;
- "aperfeiçoamento" do licenciamento ambiental, ao estabelecer competências diferenciadas e um padrão de diálogo entre as instâncias de governo do tema;
- estabelecimento do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais, para qualificar os profissionais no manejo dos instrumentos de gestão ambiental municipal e no compartilhamento de competências entre os entes federados;
- criação do Sistema de Informações Ambientais (SINIMA) para se estabelecer uma política de informação consistente para direcionar os esforços de produção, sistematização e disseminação de informações sobre meio ambiente no Brasil.

A legislação ambiental prevê ainda, a aplicação de diversos instrumentos para a gestão ambiental, tais como:

- Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEEC) – tem a função de estabelecer “diretrizes quanto aos usos permitidos, proibidos ou estimulados, abrangendo as interações entre as faixas terrestre e marítima da Zona Costeira”. O ZEEC tem abrangência regional e envolve vários municípios, pelo que devem ser elaborados, necessariamente, a partir da articulação entre órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Porém, nada impede a elaboração de um ZEEC circunscrito a situações específicas da Zona Costeira.
- Plano de Gerenciamento Costeiro – deve ser feito em escala nacional, estadual e municipal; deve ser instituído por lei e conter:
 - os princípios, objetivos e diretrizes da política de gestão da Zona Costeira local;
 - o Sistema de Gestão Costeira na sua área de atuação;
 - os instrumentos de gestão;
 - as infrações e penalidades previstas em lei;
 - os mecanismos econômicos que garantam a sua aplicação.

Alguns municípios pioneiros instituíram suas políticas de meio ambiente e estabeleceram normas que regulamentam as questões ambientais locais. Entretanto, as fortes restrições impostas pela crise econômica (2008/2009) e pela Lei de Responsabilidade Fiscal impuseram limites à contratação de novos técnicos, e intensificaram a pressão social relativa às demandas por serviços sob a responsabilidade dos municípios.

2.3.2 Programas existentes para o fortalecimento da Gestão Ambiental

O Ministério do Meio Ambiente criou em 2005 o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC), que tem como objetivo formar e capacitar os agentes responsáveis pela elaboração e implantação da Política Municipal de Meio Ambiente, por meio da criação de um Sistema Municipal de Meio Ambiente, fortalecendo o SISNAMA. Os principais assuntos abordados nas capacitações do PNC são a estrutura e o funcionamento do SISNAMA; os instrumentos de gestão e o compartilhamento de competências; participação e mobilização social e o financiamento do Sistema - a sustentabilidade do sistema municipal, os fundos disponíveis e legislação pertinente.

O órgão estadual encarregado da implantação do PNC na Bahia é a Secretaria do Meio Ambiente, que vem desenvolvendo ações nos municípios contemplados pelo PMGT.

Outro foco de atuação do Ministério do Meio Ambiente é o Sistema de Informações Ambientais (SINIMA), que oferece suporte ao tratamento de dados sobre questões ambientais no país, especialmente para uso dos municípios. Estes, fortalecidos, poderão diminuir ou eliminar a dependência do estado, passando a interagir com mais efetividade na gestão do seu território.

O SINIMA tem características integradoras, e é formado por um conjunto de serviços disponíveis na Internet. Sistemas que operam com diferentes tecnologias podem se comunicar com o SINIMA trabalhando como se fossem partes de um mesmo conjunto.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento criaram o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), cujas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. O Projeto visa elaborar e implantar um Plano de Gestão Integrada para ordenar o uso e ocupação do solo nas faixas junto aos rios e mares.

Os normativos do Projeto Orla dispõem que os Planos Diretores de municípios com orlas fluviais e marítimas adotem essa faixa como zona especial voltada para a democratização do uso e ocupação do solo próximo aos rios e mares; a proteção de ecossistemas e recursos naturais como dunas, restingas, mangues, lagos, lagunas, cobertura vegetal, entre outros e a garantia dos direitos socioambientais das populações tradicionais que vivem nas orlas marítimas e fluviais com usos, costumes e tradições específicas.

As etapas de implantação do Projeto Orla consistem em:

- I. elaborar o Plano de Intervenção para o(s) trecho(s) da orla do município;
- II. definir o programa de monitoramento;
- III. instalar o Comitê Gestor da Orla;
- IV. elaborar a agenda imediata de atuação;
- V. celebrar Convênio entre a Prefeitura e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Por meio de Convênio específico, a União repassa para o município parte da competência para a gestão da orla municipal. O município se compromete com as metas/ações especificadas no Plano apresentado e poderá contar com o suporte da Coordenação Nacional e da Comissão Estadual do Projeto Orla em:

- treinamento de gestores locais;
- assistência técnica para demandas específicas;
- desenvolvimento de mecanismos de viabilização da gestão, como instrumentos legais ou termos de cooperação;
- identificação de fontes alternativas de financiamento para projetos de intervenção;
- estabelecimento de contatos com programas e projetos afins.

Quando o município assume responsabilidades na gestão da orla, torna-se possível o compartilhamento de receita com o SPU, desde que a prefeitura participe do cadastramento e recadastramento dos imóveis da União e assuma responsabilidades expressas em instrumentos legais.

Foi realizado um diagnóstico nos municípios que indicaram interesse em participar do Projeto Orla, para avaliar se o município estava suficientemente estruturado para a sua implantação e foram classificados os seguintes municípios (dentre aqueles que estão contemplados com ações de fortalecimento institucional no âmbito do PRODETUR/NE-II):

<p>Salvador e Entorno:</p> <p>Camaçari, Mata de São João, Itaparica e Vera Cruz</p>	<p>Pólo Litoral Sul:</p> <p>Cairu, Camamu, Itacaré, Maraú e Valença</p>	<p>Costa do Descobrimento:</p> <p>Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália</p>
---	---	--

O Governo do Estado da Bahia prevê a aplicação de recursos através do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), que visa a descentralização da gestão pública e tem como principal objetivo a estruturação dos sistemas municipais de Meio Ambiente. As principais atividades do programa são: a definição e descentralização do licenciamento das atividades de impacto local; a capacitação e o treinamento dos gestores e técnicos municipais de meio ambiente; o apoio ao processo de organização das estruturas municipais de gestão ambiental; o apoio à organização das alternativas de financiamento do Sistema Municipal de Meio Ambiente e à descentralização dos sistemas de informação ambiental do Estado.

A resolução CEPRAM nº 3.925, de 30 de janeiro de 2009, define as atividades de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do respectivo licenciamento. É um instrumento relevante para a gestão dos municípios turísticos, principalmente em região litorânea.

A SEMA dispõe também de um Sistema de Informações Georreferenciadas (GEOBAHIA). O GEOBAHIA possui um banco de dados geográficos que tem por objetivo sistematizar, integrar e possibilitar a análise de informações ambientais e socioeconômicas georreferenciadas para dar suporte à gestão ambiental e está à disposição dos municípios.

Outra ferramenta oferecida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia é o CERBERUS, um sistema específico para o gerenciamento e fiscalização, que facilita a tramitação de processos de licenciamento, fiscalização e controle ambiental. O CERBERUS foi criado pelo antigo Centro de Recursos Ambientais (Bahia) e ofertado ao Ministério do Meio Ambiente, que repassa essa tecnologia para órgãos estaduais. A ferramenta já está funcionando em alguns estados brasileiros, como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba. Na Bahia, foi instalado nas prefeituras de Salvador, Camaçari, Mata de São João entre outras. O sistema pode ser utilizado por qualquer município que demonstre interesse.

2.4 Desenvolvimento Urbano

2.4.1. Diretrizes para a Gestão Urbana

O planejamento e o controle do uso do solo urbano são tradicionalmente de competência do município. A Constituição Federal de 1988 reforçou esse modelo e, no artigo 182, define como objetivo da política urbana o ordenamento e desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem estar de seus habitantes; o artigo 183 trata da regularização das propriedades informais através do “usucapião urbano”.

A regulamentação desses artigos foi realizada através da Lei Federal 10.257, de 10/07/2001, denominada “Estatuto da Cidade”, após intensos debates, travados especialmente por parte dos representantes do Movimento pela Reforma Urbana. Essa Lei trouxe importantes instrumentos organizacionais para a gestão urbana local, que estão divididos conforme abaixo:

Tabela 2 – Instrumentos previstos no Estatuto da Cidade

Instrumentos de Planejamento	Planos nacionais, regionais, metropolitanos e Plano Diretor Municipal
Instrumentos de Indução do Desenvolvimento Urbano	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória
	IPTU Progressivo no Tempo
	Desapropriação com Pagamento em Títulos
	Consórcio Imobiliário
	Outorga Onerosa do Direito de Construir
	Direito de Superfície
	Transferência do Direito de Construir
	Operações Urbanas Consorciadas
Direito de Preempção	
Instrumentos de Regularização Fundiária	Zonas Especiais de Interesse Social
	Usucapião Especial de Imóvel Urbano
	A Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia
	A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)
Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana	Conselhos
	Audiências e Consultas Públicas
	Conferências sobre Assuntos de Interesse Urbano
	Iniciativa Popular de Projeto de Lei e Planos, Programas e Projetos de Desenvolvimento
	Referendo Popular e Plebiscito
	Estudo de Impacto de Vizinhança
	Assistência Técnica e Jurídica Gratuita para as Comunidades e Grupos Sociais Menos Favorecidos
	Gestão Orçamentária Participativa

Fonte: CEF/Instituto Polis, Guia do Estatuto da Cidade, 2001

O Estatuto da Cidade elenca instrumentos jurídicos e tributários que permitem ao município distribuir os seus investimentos de forma a recuperar parcela da valorização imobiliária que antes era retida pelos proprietários fundiários. Outra diretriz importante é a compatibilização dos instrumentos de planejamento de uso do solo e os instrumentos da gestão financeira, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento.

O plano diretor adquire um novo foco, pois é o documento orientador para o cumprimento da função social da cidade, indicando as ferramentas e parâmetros para o seu alcance. Esse instrumento passou a ser obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, de gerenciamento costeiro, e para cidades turísticas, devendo ser elaborado com a participação da sociedade.

O Ministério das Cidades, a partir de diretrizes para o fortalecimento da democracia e da cidadania, instaurou o processo de conferências municipais que aconteceram em 3.457 dos 5.564 municípios brasileiros e que prepararam a Conferência Nacional ocorrida em 2003; a conferência iniciou a formatação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e criou o Conselho das Cidades. Os princípios do PNDU são:

- I. o direito à cidade e à moradia digna; ao saneamento ambiental público; aos transportes;
- II. a gestão democrática e o controle social;
- III. a função social da cidade e da propriedade;
- IV. a inclusão social e a redução das desigualdades;
- V. a sustentabilidade financeira e socioambiental da política urbana;
- VI. o combate à discriminação dos grupos étnico-raciais;
- VII. o combate à segregação urbana;
- VIII. a diversidade socioespacial.

2.4.2 Programas existentes para fortalecimento da Gestão Urbana no Município

A Secretaria Executiva do Ministério das Cidades vem desenvolvendo o Programa Nacional de Capacitação de Cidades, que apóia os municípios em diversos aspectos tais como na implantação de ações de modernização

institucional na área de desenvolvimento urbano, capacitação e treinamento de equipes, cadastro técnico, elaboração e acompanhamento de projetos.

Entretanto, informações do próprio Ministério dão conta de que poucos municípios estão buscando esses programas, bem como seus recursos.

No âmbito do Governo do Estado, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) criou o **Programa INFORMS**, cujo foco é a implantação de um sistema de informações georreferenciadas (GEOPOLIS). O sistema é integrado por módulos para cadastro de logradouros, de atividades e imobiliário. Entretanto, a entidade não dispõe de recursos financeiros para realizar essa ação nos municípios, podendo, no entanto, disponibilizar seus técnicos para apoiá-la. Os onze municípios contemplados com o PMGT contam com o suporte da equipe, que, em parceria com a SETUR, formalizará a implantação dos respectivos planos ou sua adaptação, caso o município já possua a ferramenta.

A próxima seção traz informações extraídas de pesquisa anual realizada pelo IBGE sobre o perfil dos municípios brasileiros, bem como de estudos obtidos junto à Secretaria do Tesouro Nacional. Traz também informações específicas para cada uma das áreas de atuação deste Plano.

As informações setoriais permitem uma comparação entre as informações colhidas no município e o padrão dos municípios do mesmo porte, o que pode ser útil quando da definição de soluções cabíveis para a resolução dos problemas identificados.

3. PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

A disseminação da tecnologia de informação para os locais mais distantes dos grandes centros não foi prioridade das instâncias de governo durante pelo menos uma década. Somente após a virada do século pôde-se observar a preocupação em se fazer crescer o nível de informatização nos municípios brasileiros.

Os dados levantados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2006 mostram que 99,9% dos municípios brasileiros já possuíam computadores na administração direta municipal. A mesma pesquisa informa que, mais de 90% dos computadores utilizados são do patrimônio do município, conforme abaixo.

Tabela 3 – Número de Municípios com computadores na administração direta, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2006

Classe de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios								
	Total	Com existência de computadores na administração direta							
		Total	Forma de aquisição				Ligados em Rede	Com Intranet	Com acesso à internet
		Próprio	Cedido	Alugado	Leasing				
Brasil	5.564	99,9	99,8	4,0	1,8	0,1	82,4	26,6	96,8
Até 5000	1.371	100,0	99,8	3,0	0,2	0,0	80,5	20,2	96,0
De 5 001 a 10 000	1.290	99,8	99,8	2,5	0,7	0,0	80,7	21,0	96,3
De 10 001 a 20 000	1.292	100,0	99,8	3,0	1,5	0,0	79,3	22,6	97,1
De 20 001 a 50 000	1.033	99,8	100,0	5,5	1,6	0,4	84,7	31,3	96,5
De 50 001 a 100 000	311	100,0	99,1	6,8	4,5	0,0	92,3	45,0	99,4
De 100 001 a 500 000	231	100,0	97,2	10,0	11,3	1,3	96,1	62,8	99,6
Mais de 500 000	36	100,0	100,0	33,3	33,3	2,8	100,0	88,9	100,0
Grandes Regiões									
Norte	449	99,6	99,8	2,0	2,0	0,0	74,9	19,9	90,6
Nordeste	1.793	99,9	99,8	4,2	2,6	0,1	67,1	17,6	94,4
Sudeste	1.668	99,9	99,9	5,3	2,0	0,2	91,2	30,1	98,4
Sul	1.188	99,9	99,7	3,2	0,6	0,3	94,6	38,2	99,5
Centro Oeste	466	100,0	99,6	3,0	0,6	0,2	86,3	25,3	98,9

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - 2006

Com relação à interligação em rede, mais de 80% dos municípios brasileiros estão interligados; na Região Nordeste, a média é de 67,1%; a interligação em rede é maior nos municípios acima de 50.000 habitantes; quanto à utilização de

intranet, o percentual é muito baixo, atingindo média de 26% dos municípios brasileiros; conforme a população aumenta, observa-se que o uso da intranet é crescente e na Região Nordeste, a média é de 17,6%, a mais baixa do Brasil.

Segundo a pesquisa, os setores com maior proporção de interligação em rede foram o da administração (77,7%), o gabinete do prefeito (53,7%), seguido da educação (25%). A informatização dos processos também é crescente, porém, o uso de mapeamento digital ainda é incipiente, não permitindo a disseminação dos Sistemas de Informação Georreferenciadas, ferramenta moderna e de vital importância para dar agilidade à tomada de decisões.

Quanto aos mecanismos de comunicação e atendimento, nota-se que o uso de internet e de serviços de atendimento ao cidadão também é crescente e proporcional ao tamanho da população. Porém, quanto à existência de página na Internet, a Região Nordeste apresentava índice de apenas 35% dos municípios.

Tabela 4 – Municípios com página na Internet e de serviço de atendimento

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios			
	Existência de			
	Página na internet (2006)		SAC (2004)	
	Número	%	Número	%
Total	2.674	48	4.235	76
Classes de População				
Até 5.000	508	37	1.023	75
5.001 a 20.000	1.090	42	1.983	75
20.001 a 100.000	851	63	999	76
100.001 a 500.000	214	93	198	90
Mais de 500.000	36	100	32	94
Grandes Regiões				
Norte	115	26	219	49
Nordeste	626	35	1.235	69
Sudeste	930	56	1.404	84
Sul	778	66	984	83
Centro Oeste	225	48	393	85

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – 2004

Nos subtópicos seguintes serão informados os dados específicos de cada área de atuação deste Plano, também colhidas nas pesquisas realizadas anualmente pelo IBGE junto às administrações municipais. Algumas informações sobre a gestão municipal do turismo foram colhidas no relatório

“Retratos de uma caminhada: PNMT Oito anos” elaborado pela Gerência de Programas Nacionais da EMBRATUR em 2002 e no Plano Nacional de Turismo (2004/2007 e 2007/2010).

3.1 Turismo

Os esforços para se valorizar o turismo como vetor de desenvolvimento, de geração de renda, dinamizando-se a participação de cada localidade para a obtenção de resultados positivos iniciou-se em 1994, através do Plano Nacional de Municipalização do Turismo.

As diretrizes desse plano incentivavam a capacitação e mobilização dos atores públicos, privados e do terceiro setor para a organização da gestão municipal do turismo. Assim, foram criadas muitas secretarias exclusivas da área e planos municipais de turismo foram pela primeira vez elaborados; já em 2001, 22,1% dos municípios tinham conselhos de turismo, conforme pesquisa do IBGE.

A partir de 2002, com a criação do Ministério do Turismo, foi formulado o Plano Nacional de Turismo para o período 2003/2007 (e, posteriormente, o Plano 2007/2010), que definiu conceitos, programas e metas para o turismo nacional. Demarcou-se o início de um processo descentralizado e participativo, com características diferenciadas de até então.

Para complementar os processos de articulação instalados pelas instâncias de âmbito nacional, o plano passou a valorizar as instâncias regionais de governança. Sem perder de vista os conselhos municipais já instalados, o PNT incentivou a formação de grupos regionais que, atuando “na ponta” e criando ambientes de discussão em conformidade com as escalas territoriais, vieram complementar o sistema nacional de gestão do turismo.

A nova formatação facilitou a abertura de canais de interlocução entre as esferas de gestão pública, a iniciativa privada e o terceiro setor.

Também possibilitou a implementação de programas e ações voltados à gestão do turismo, articulados através das instâncias regionais, beneficiando os

municípios nos quais as ações se atualizam e os programas e projetos acontecem.

Entretanto, verifica-se que não houve evolução na dotação orçamentária dos municípios para a área, conforme estudo da Secretaria do Tesouro Nacional denominado “Perfil e Evolução das finanças Municipais – 1998/2007”. O orçamento para o turismo está enquadrado no grupo de despesa “Demais”, que varia de 3,5% a 4,4% das despesas dos municípios. É comum a dotação orçamentária ser inferior a 1% ou nula. No que diz respeito aos recursos técnicos, verifica-se também que apenas 19,9% das secretarias municipais de turismo está interligada em rede.

Tabela 5 – Despesas realizadas pelos Municípios Brasileiros por Função Média do período 2004/2007 – por Faixa de População

FUNÇÃO	TOTAL	FAIXA POPULACIONAL			
		POP > 1.000.000	1.000.000 > POP > 300.000	300.000 > POP > 50.000	POP < 50.000
EDUCAÇÃO E CULTURA	26,9	22,2	23,1	27,7	31,2
SAÚDE E SANEAMENTO	24,8	24,3	29,4	25,8	22,4
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	18,8	16,9	20,0	19,7	18,9
HABITAÇÃO E URBANISMO	12,1	14,7	12,1	12,6	9,7
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	8,1	14,0	8,3	5,9	5,5
LEGISLATIVA	3,0	2,7	2,7	2,9	3,3
TRANSPORTE	3,1	3,9	1,9	1,7	4,1
DEMAIS	4,1	4,4	3,5	4,1	4,2

Fonte: STN - Perfil e Evolução das finanças Municipais – 1998/2007

3.2 Cultura

O grau de complexidade do setor cultural (que pode ser observado no estudo do IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura/2006) indica a necessidade de desenhos institucionais diferenciados, de forma que possam contemplar as particularidades da área cultural.

As demandas do setor cultural podem exigir a criação de: instituições de formação e aperfeiçoamento; de circuitos específicos de produção; de espaços de circulação e de difusão cultural; de projetos de estímulo; de órgãos ou mecanismos de financiamento para os produtores; de legislação de proteção e de incentivo. No entanto, percebe-se que a área de cultura não tem recebido a devida atenção pela maioria dos municípios brasileiros.

A seguir, alguns dados levantados que são relevantes para a gestão municipal.

- a) 84,6% dos órgãos gestores são não-exclusivos da cultura;
- b) quando a cultura é gerida em conjunto com outras políticas setoriais – geralmente com a educação – ela é considerada de forma marginal, da mesma forma quando se resume a um departamento;
- c) quando vinculada à chefia do Executivo, a cultura é vista, geralmente, como uma área produtora de eventos que beneficiam a imagem da gestão;
- d) o modelo baseado em secretarias exclusivas e fundação pública é considerado o mais moderno, mas está instalado em número insignificante de municípios ;
- e) a presença de estrutura organizacional na área cultural está diretamente relacionada à classe de tamanho da população; quanto maior a classe, maior o número de municípios com estrutura; todos os municípios acima de 50.000 habitantes contam com órgão gestor da cultura; na Região Nordeste, 99% dos municípios contam com órgão gestor (poucas secretarias exclusivas);
- f) quanto à caracterização do órgão gestor, apesar do número razoável de municípios que realizaram despesas com cultura, o número de municípios com Conselho, legislação específica e fundo municipal para essa área é baixo;
- g) a infraestrutura de comunicação ainda é precária na maioria dos municípios; o percentual de municípios que utilizam computadores é alto (88,3%); entretanto, apenas 1,9% dos municípios têm página na Internet;
- h) as pessoas que trabalham na área têm o ensino médio ou mais graduação (79,4%); os mais graduados são comissionados (42,5%) ou estatutários (34,2%);

- i) 42,1% dos municípios não têm política cultural formulada; cabe destacar, dentre os principais objetivos da política cultural formulada, a ampliação do grau de participação social nos respectivos projetos e sua integração ao desenvolvimento local, que estão em consonância com as diretrizes do MinC;
- j) em 2005, os recursos municipais destinados à função Cultura foram, em média, de R\$ 273,5 mil, o que corresponde a apenas 0,9% do total da receita arrecadada; não há grandes diferenças de percentuais em função do tamanho do município e a Região Nordeste foi a que mais destinou recursos (1,2%);
- k) quanto à articulação interinstitucional, apesar de 63,5% dos municípios estarem cientes do Plano Nacional de Cultura, apenas 33,9% aderiram ao Sistema Nacional de Cultura e 11,6% elaboraram o Plano Municipal de Cultura;
- l) quanto à existência de consórcio intermunicipal na área de cultura, o estudo revelou que há apenas 2,3% dos municípios utilizando esse mecanismo;
- n) apenas 26,2% dos municípios tem projeto de implementação de turismo cultural.

Tabela 6 – Municípios conforme estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2006

Caracterização do Órgão Gestor	Distribuição Percentual de Municípios (%)				
	Total	Despesa Realizada na função da cultura	Possui Conselho Municipal de Cultura	Possui Legislação específica para a cultura	Possui Fundo Municipal de Cultura
Total	100,0	83,8	17,0	5,6	5,1
Secretaria municipal em conjunto com outras	72,0	84,0	16,0	4,3	4,3
Setor subordinado a outra secretaria	12,6	81,8	14,0	4,6	3,0
Setor subordinado à chefia do executivo	6,1	83,8	13,3	2,4	3,2
Secretaria municipal exclusiva	4,2	91,1	36,4	21,6	20,3
Fundação pública	2,6	95,2	49,7	32,4	21,4
Não possui estrutura específica	2,4	62,5	3,7	0,7	0,7

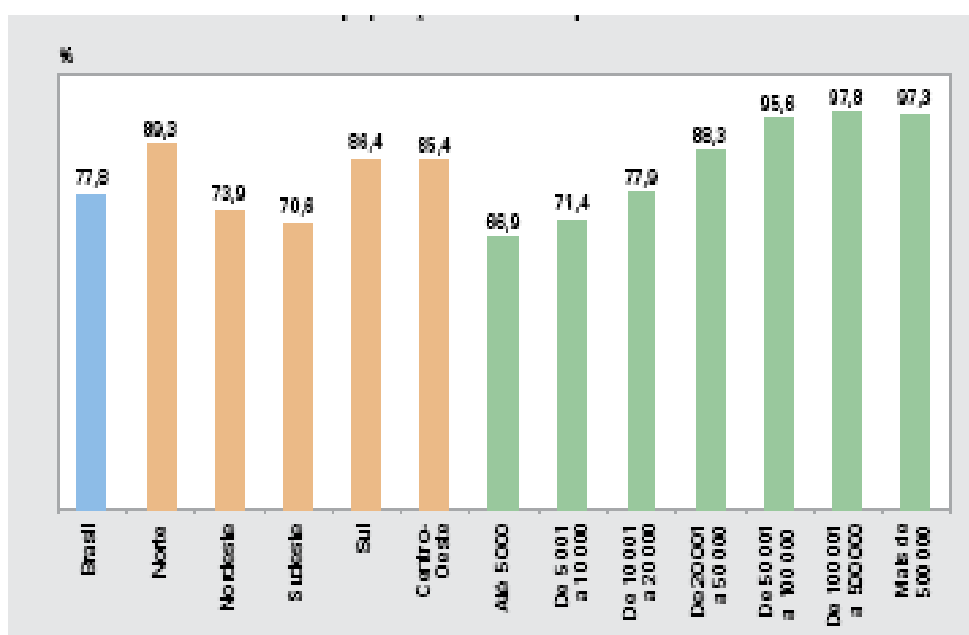
Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2006

3.3 Meio Ambiente

Segundo estudo do IBGE (Perfil dos Municípios Brasileiros - 2008), 4.327 municípios brasileiros (77,8%) possuem algum tipo de estrutura pública para tratar sobre o meio ambiente. No Nordeste, esse percentual é de 73,9%.

A estrutura predominante é a de secretaria municipal de meio ambiente em conjunto com outros temas (54,8%), ficando em último lugar a secretaria exclusiva (16,3%).

Gráfico 1 - Percentual de municípios com estrutura na área de meio ambiente - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Um órgão ambiental pode ter diversos modelos organizacionais: secretaria, autarquia, fundação, agência (administração direta) ou pode ainda ser um órgão da administração indireta com vínculos administrativos ao Poder Executivo, conservando, porém, sua autonomia.

Os recursos humanos dos órgãos ambientais municipais são extremamente reduzidos, correspondendo na média, a 0,8% dos funcionários do município.

Os recursos financeiros para a gestão ambiental também são escassos. Apenas 37,4% dos municípios dispõem de recursos para cuja origem é predominantemente do orçamento dos órgãos públicos (92,1%).

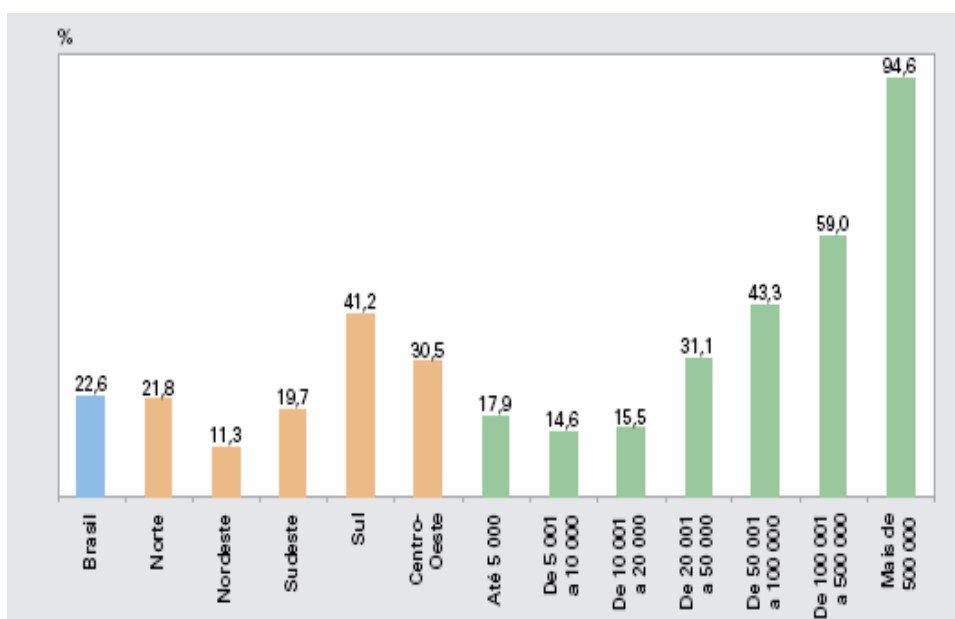
Entre os municípios com recursos, 29,9% contam com ICMS Ecológico, 21,8% cobram taxa pelo licenciamento ambiental, 17,2% cobram multas e 8%, royalties.

O governo municipal pode criar um fundo específico, o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Sua criação deve ser autorizada por lei municipal e suas receitas são vinculadas ao aperfeiçoamento de mecanismos de gestão ambiental. A criação desse fundo facilita a gestão dos recursos pois estes podem ser utilizados por órgãos da administração direta ou indireta do próprio município, ONG e OSCIP, e organizações de base como sindicatos e associações, desde que não tenham fins lucrativos.

Porém, apenas 22,6% dos municípios brasileiros têm fundo de meio ambiente e desses, apenas 36,6% financiaram ações e projetos na área nos 12 meses anteriores à pesquisa. O percentual da Região Nordeste é o de 11,3%.

A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) estabelece que as multas aplicadas pelas prefeituras por infração ambiental devem ser revertidas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente ou correlato, se existir. Caso contrário, esses recursos serão transferidos para os estados ou para a União. Outros recursos poderão advir de transferências de recursos da União, do estado ou de entidades públicas e privadas, de convênio e contratos entre o município e instituições, ou ainda de doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Gráfico 2 - Percentual de municípios com Fundo de Meio Ambiente - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

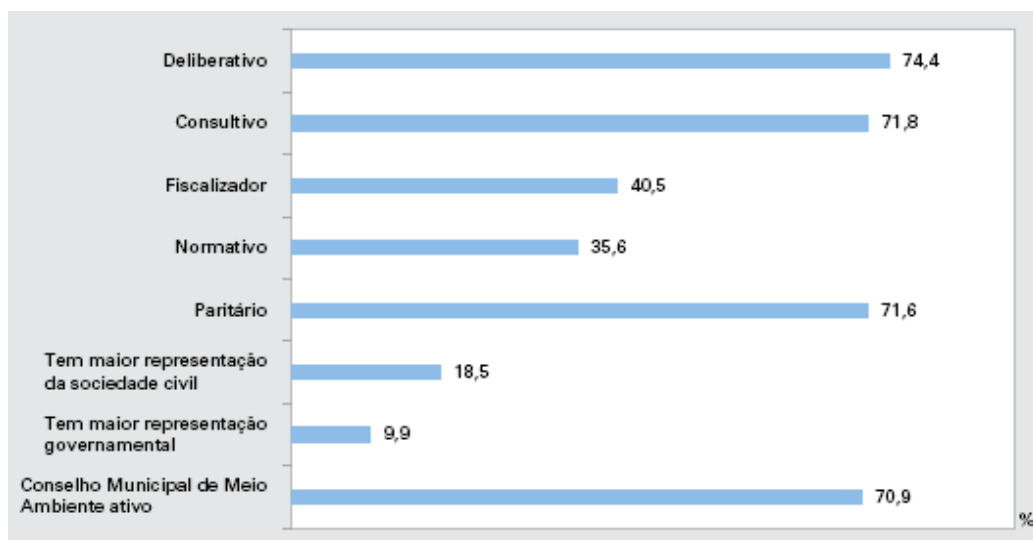
Verifica-se que apenas 25,8% dos municípios realizam licenciamento municipal e 27,9% possuem instrumento de cooperação técnica com o órgão estadual de meio ambiente para a delegação de competência para o licenciamento ambiental de atividades que vão além do impacto local.

A formação de conselhos municipais de meio ambiente é outro fator fundamental para a gestão pública, no apoio conjunto ao desenvolvimento da localidade. Se operantes, podem ser o grande braço da gestão ambiental do município.

A participação de membros do setor público, do empresariado, de políticos e da sociedade civil fortalece a instância local, vai colaborar para o empreendimento de ações capazes de prevenir e solucionar os problemas ambientais, melhorando a qualidade de vida das pessoas que habitam a localidade.

Os resultados obtidos pela pesquisa mostram que, em 2008, 2.650 municípios brasileiros (47,6%) dispunham de Conselho Municipal de Meio Ambiente. Na Bahia, o percentual é de 43,6%. Outro resultado relacionado com as atribuições dos Conselhos aponta que eles são predominantemente deliberativos (74,4%) e/ou consultivos (71,8%) e que, em sua maioria (71,6%), são paritários.

Gráfico 3 - Percentual de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente/características



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

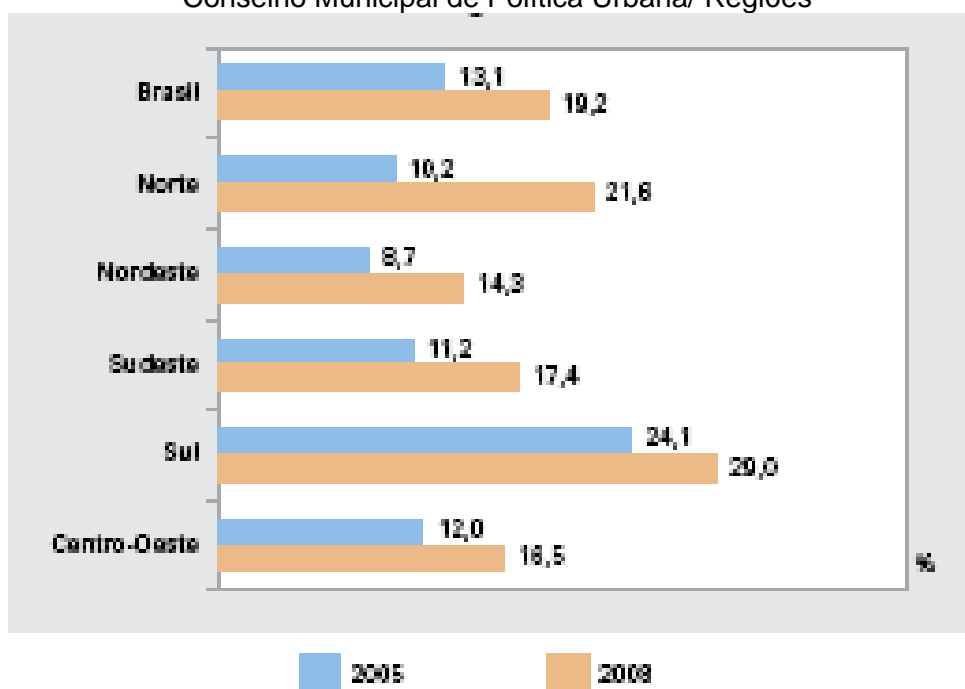
3.4 Desenvolvimento Urbano

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE de 2008 mostra que houve alguns avanços com relação à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

Segundo a pesquisa, com relação à elaboração dos Planos Diretores e levando-se em conta apenas o critério de municípios com mais de 20.000 habitantes, observa-se que, dos 1.068 municípios que necessitavam elaborar o Plano Diretor, apenas 319 ainda não o fizeram, e destes, 248 afirmaram estar elaborando o mesmo. Considerando-se o esforço recente da maioria dos municípios em elaborar ou adequar os seus planos diretores, verifica-se que as diretrizes para a política urbana neles contidas não foram regulamentadas em lei específica.

Quanto à existência de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Urbano, apenas 19,2% dos municípios contam com os mesmos, um acréscimo de 6,1 % em relação à pesquisa realizada em 2005. Cerca de 860 conselhos (81,0%) são compostos por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil, conforme abaixo:

Gráfico 4 - Percentual de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana/ Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

Observa-se que a Região Nordeste apresenta o menor índice em nível nacional, com conselhos de Desenvolvimento Urbano em 14,3% dos municípios e que o percentual aumenta na medida em que o tamanho da população aumenta.

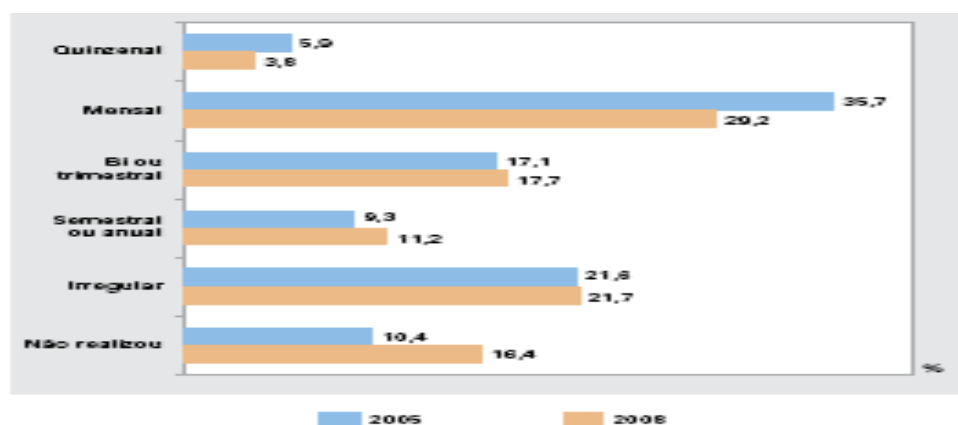
Tabela 7 - Municípios com Conselhos Municipais de Política Urbana ou similar, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2008

Classe de Tamanho da População dos Municípios	Municípios		
	Total	Com Conselhos Municipais de Política Urbana ou Similar	
		Total Absoluto	Relativo (%)
Total	5.564	1.066	19,2
Até 5.000	1.267	103	8,1
De 5.001 a 10.000	1.290	135	10,5
De 10.001 a 20.000	1.385	188	13,6
De 20.001 a 50.000	1.037	313	30,2
De 50.001 a 100.000	319	148	46,4
De 100.001 a 500.000	229	146	63,8
Mais de 500.000	37	33	89,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

No que diz respeito à regularidade das reuniões, verifica-se que 16,55% dos municípios não realizaram reuniões do Conselho. Entretanto, a frequência de reuniões mensais ainda representa o maior percentual – 29,2%.

Gráfico 5 - Percentual de municípios segundo a frequência de reuniões do Conselho



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

4. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1 Identificação

Nome do Município: CAMAMU-BA	População: 33.172 habitantes
Prefeito Municipal: Ioná Queiroz Nascimento	Fone: (73) 3356-7538 Fax: (73) 3255-2109 E-mail: prefeituracamamu@iq.com.br
Coordenador do PRODETUR-NE II: Madalena Halmenschiager (Secretária de Turismo)	

4.2 Dados Geográficos

Camamu é um município do Estado da Bahia, que conta com uma população de 33.172 habitantes segundo a contagem de população realizada pelo IBGE em 2007; localizado a 335 km da capital do Estado, conta com área de 885 km².

Figura 3 – Localização do Município de Camamu/BA



Fonte: SEI/BA

4.3 O Município no Sistema de Planejamento Estadual

O Governo do Estado da Bahia, com o objetivo de identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território e possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, passou a reconhecer em seu Planejamento Territorial a existência de 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. O município de Camamu está localizado no Território de Identidade denominado Baixo Sul.

Figura 4 – Territórios de Identidade



Fonte: SEPLAN/BA

O planejamento Estadual prevê a divisão do Estado em Zonas Turísticas. O município de Camamu está situado na Zona Turística Costa do Dendê (abaixo).

Figura 5 – Zonas Turísticas do Estado da Bahia



Fonte: SETUR/BA

Em 2005, o Governo do Estado da Bahia, em conformidade com a estratégia 2003-2020, obteve financiamento junto ao Banco do Nordeste para a implantação e desenvolvimento da segunda fase do Programa PRODETUR/NE. Nesta fase o Estado foi dividido em quatro Pólos Turísticos. O município de Camamu integra o Pólo Litoral Sul, que agrega as Zonas Turísticas Costa do Dendê e Costa do Cacau conforme Figura 6 abaixo.

Figura 6 – Polos Turísticas do Estado da Bahia



Fonte: SETUR/BA

4.4 Constituição do PIB Municipal

O PIB do município de Camamu alcançou em 2005 o montante de R\$ 94,21 milhões, correspondente a 0,10% do PIB estadual e está assim distribuído:

- 63,43% no Setor de Serviços;
- 14,02% na Agropecuária;
- 15,87% na Indústria e
- 6,68% correspondente a impostos.

4.5 Indicadores de Desenvolvimento

Através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o governo baiano estabeleceu uma metodologia para calcular indicadores do desenvolvimento de seus municípios. A medição envolve variáveis econômicas, sociais e de infraestrutura.

Os resultados desses estudos são importantes para a gestão do Estado, pois são norteadores de todos os programas, projetos e ações do Governo voltados para o desenvolvimento dos municípios e regiões.

A última coleta foi efetuada em 2006 e a forma como está disponibilizada ao público permite comparações de tempo e entre locais/regiões. Através de tabela, pode-se verificar a posição do município frente aos 417 outros (do Estado).

Os índices referentes a **Camamu** colocam o município nas seguintes posições:

	2004	2006
Índice de Desenvolvimento Econômico	95º	187º
Índice de Desenvolvimento Social	265º	253º

O próximo capítulo traz o diagnóstico com informações obtidas diretamente nos municípios, através de oficinas que contaram com a participação de gestores e técnicos públicos e membros do trade turístico e entidades de representação.

5. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

Para a elaboração do diagnóstico foram realizadas duas oficinas: a primeira em 2005, com o apoio da consultoria contratada, que utilizou uma metodologia participativa para levantamentos dos problemas do município; e a segunda, realizada em 2009 pela Assessoria Institucional da SUINVEST, com foco na atualização das informações essenciais que deveriam compor o diagnóstico sobre a situação da gestão municipal em cada um dos municípios participantes.

Atrelado a isso, foram levantadas informações a partir de fontes primárias (aplicação de questionários durante as oficinas de elaboração dos planos e junto às Prefeituras) e fontes secundárias (pesquisas realizadas pela equipe da SUINVEST em documentos disponíveis). Pretende-se com este conteúdo, traçar um perfil de identificação do município e de seu estágio em relação ao conceito-guia da gestão.

O fato de o diagnóstico incluir informações relacionadas aos dois períodos referidos (2005-2009) serve para que a gestão atual tenha um conhecimento dos instrumentos de gestão existentes e possa desenvolver estratégias que possibilitem melhorias na condução do gerenciamento das atividades municipais, relacionadas às áreas de turismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento urbano, de modo a aperfeiçoar sua estrutura funcional.

As metodologias utilizadas nas oficinas, as listas de presença e os modelos de questionários aplicados estão detalhados nos apêndices 1 a 6 deste plano.

5.1 Diagnóstico da Dimensão Organizacional

No tocante à **dimensão organizacional**, foram observados os aspectos concernentes ao planejamento, marcos regulatórios e legislação específica, bem como à estrutura funcional da Gestão Pública Municipal.

5.1.1 Estrutura Organizacional

O município de Camamu está organizado da seguinte forma para atuar nas áreas de turismo, meio ambiente, cultura e desenvolvimento urbano:

- **Turismo** – Secretaria de Turismo e Meio Ambiente;
- **Cultura** – Secretaria de Educação, Esportes e Cultura;
- **Meio Ambiente** – Secretaria de Turismo e Meio Ambiente;
- **Desenvolvimento Urbano** – Secretaria de Viação e Obras.

5.1.2 Competências e Atribuições Administrativas de cada Secretaria

As competências e atribuições estão descritas no caso do turismo, da cultura e do meio ambiente, na Lei e Estrutura Administrativa nº 606/2006.

5.1.4 Legislação Específica

- Turismo – Lei do Conselho do Turismo e do Fundo do Turismo;
- Cultura - Lei do Conselho de Cultura – nº 567/03, e a do Fundo de Cultura – nº 568/03;
- Meio Ambiente - Código de Meio Ambiente – nº 556/02; a lei do Conselho Municipal de Meio Ambiente – nº 524/01; e a lei de criação do Fundo do Meio Ambiente – nº 524/01;
- Desenvolvimento Urbano - Lei do PDDU.

Segundo dados levantados na 1ª oficina sobre legislação específica para gestão municipal, as ações de controle e fiscalização são realizadas pelo setor de tributos e fiscalização e também pela Secretaria de Obras, através de preenchimento de formulário; verificou-se também que os fiscais visitam regularmente os locais envolvidos quando recebem uma denúncia.

Da mesma forma, foram citados como procedimentos estabelecidos para ações de licenciamento, na área de meio ambiente, o preenchimento de requerimento

próprio feito pela Prefeitura; da análise prévia de processos com as documentações necessárias, e do Roteiro de Caracterização do Empreendimento mediante a apresentação do Contrato Social, documentos pessoais, CNPJ e Alvará de Licença; o preenchimento da Anotação de Responsabilidade Técnica; do Termo de Responsabilidade e, por fim, o Pagamento da Taxa de Licença.

Vale também destacar a criação de alguns instrumentos relevantes, a saber: Política de Meio Ambiente e a Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, bem como para ordenamento do uso e ocupação do solo. O Município conta ainda com o Código de Obras, além de lei para criação de uma nova estrutura organizacional, contemplando um sistema de fiscalização do uso e ocupação do solo.

5.1.5 Articulação Interna

A atual gestão do município de Camamu informou que possui como princípio a articulação entre as secretarias municipais para o desenvolvimento de ações de forma integrada.

5.1.6 Existência de Projetos e Planos

Na memória sobre a existência de projetos elaborados pelo poder municipal para cada uma das áreas relacionadas ao objeto do presente diagnóstico, foram levantados os seguintes:

- Turismo - Projeto de Infraestrutura Urbana (Acarai, Ponto-Chic, Praça e Cais);
- Cultura - Não foram citados projetos para esta área;
- Meio Ambiente - Parque Ecológico do Acaraí;
- Desenvolvimento Urbano - Projeto Habitacional Resolução 460 Federal - Casas Populares.

A Prefeitura informou a existência de Planos Municipais para o desenvolvimento das áreas de turismo e desenvolvimento urbano, em fase de conclusão. O Plano

Municipal de Turismo conterà projetos a serem executados entre o período de 2010 e 2013.

Apesar de o município possuir Código Municipal de Meio Ambiente, o mesmo ainda não possui Plano Municipal para o segmento nem elaborou o Plano de Gestão Integrada da Orla.

O município já aderiu ao protocolo de intenções ao Sistema Nacional de Cultura, ação que pode auxiliar na resolução de determinadas carências, como na elaboração de um plano setorial.

Vale salientar que o Plano Diretor do Município encontra-se concluído e atualizado, assim como adequado às exigências do Estatuto das Cidades, segundo informou o Grupo Gestor Municipal.

Também foram notificados alguns programas no município para as áreas pesquisadas, cuja implantação esteja vinculada esferas federal, estadual ou municipal:

- Turismo - Programa Turismo no Brasil;
- Cultura - Não foram citados programas para essa área;
- Meio Ambiente - Não foram citados programas para essa área;
- Desenvolvimento Urbano - Projeto Habitacional, Resolução 460 Federal - Casas Populares, e o Programa Kit-Moradia Estadual.

Foram ainda citados alguns instrumentos de planejamento, a saber: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), - Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), Plano de Gestão de Limpeza Urbana (PGLU), Código Ambiental, Planejamento Escolar e Projeto da Estrutura Administrativa.

5.1.7 Sistemática para Avaliação de Resultados

Não existem indicadores para avaliar metas, processos e resultados em todas as áreas pesquisadas.

5.1.8 Existência de Cadastro Técnico

O município não dispõe de banco de dados com informações para as áreas de turismo, meio ambiente e cultura. O município conta com cadastro imobiliário.

5.1.9 Quadro síntese do diagnóstico da Dimensão Organizacional

SINTESE DO DIAGNÓSTICO DE CAMAMU – 2009			
CULTURA	TURISMO	MEIO AMBIENTE	DESENVOLVIMENTO URBANO
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL			
O Município já aderiu ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.	Não há convênio com o Mtur para cadastramento e fiscalização na área de turismo, pois ainda não houve delegação de poderes pelo Mtur. Porém, há um cadastro dos empre-endimentos turísticos na Secretaria.	A Prefeitura Municipal de Camamu faz Licenciamento Ambiental de Micro e Pequeno Porte.	A gestão do uso e ocupação do solo não é compartilhada com outras esferas de governo, sendo competência constitucional do município.
Não há secretaria exclusiva para a cultura na estrutura organizacional. Existe uma Diretoria de Cultura ligada a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.	A gestão do turismo não conta com secretaria exclusiva na Estrutura Organizacional (Secretaria de Turismo e Meio Ambiente).	A gestão do meio ambiente não conta com secretaria exclusiva na estrutura organizacional (Secretaria de Turismo e Meio Ambiente).	A gestão do desenvolvimento urbano está estruturada através da Secretaria de Viação e Obras.
A estrutura da secretaria e suas competências e atribuições estão normatizadas através da Lei 606/2006. Está sendo feito um Plano de Cargos e Salários.	A estrutura da secretaria e suas competências e atribuições estão normatizadas através da Lei 606/2006. Está sendo feito Plano de Cargos e Salários.	A estrutura da secretaria e suas competências e atribuições estão normatizadas através da Lei 606/2006. Está sendo feito um Plano de Cargos e Salários	A estrutura da secretaria e suas competências e atribuições estão normatizadas através da Lei 606/2006. Plano de Cargos e Salários está sendo feito.
Não foi elaborado o Plano Municipal da Cultura.	A Secretaria está finalizando um Plano Municipal de Turismo para 2010 á 2013 com vários projetos.	A Secretaria não conta com um Plano Municipal de Meio Ambiente. O Município não elaborou o Plano de Gestão Integrada da Orla. Está fazendo o preenchimento do formulário, é necessário consultoria para adequar à GRPU.	O município conta com Plano Diretor vigente e adequado ao Estatuto da Cidade. Está em construção o Plano de Habitação.
A legislação municipal para a cultura se restringe à criação de Conselho e Fundo de Cultura.	Não existe legislação municipal para o turismo.	O Município conta com Código de Meio Ambiente e Lei sobre CONDEMA e FUNDEMA.	A Prefeitura conta com toda a legislação urbanística prevista no Estatuto das Cidades, e a mesma está compatível com o Plano Diretor vigente.
Não existem indicadores para avaliar metas, processos e resultados.	Não existem indicadores para avaliar metas, processos e resultados.	Não existem indicadores para avaliar metas, processos e resultados.	Não existem indicadores para avaliar metas, processos e resultados.
Os gestores indicaram haver integração de ações com as demais secretarias.	Os gestores indicaram haver integração de ações com as demais secretarias.	Os gestores indicaram haver integração de ações com as demais secretarias.	Os gestores indicaram haver integração de ações com as demais secretarias.
Não há banco de dados com informações para a área de cultura.	Não há banco de dados com informações para a área de turismo.	Não há banco de dados com informações para a área de Meio Ambiente	O município conta com cadastro imobiliário.

5.1.10 Conclusões

Da análise sobre a **dimensão organizacional**, pode-se inferir que a Prefeitura de Camamu possui alguns instrumentos de planejamento, além de marcos regulatórios e legislação para tomada de decisões.

Destaca-se a iniciativa da Prefeitura na elaboração do Plano Municipal de Turismo visando implementar estratégias para o desenvolvimento de uma das suas principais atividades econômica. Para tanto deverá haver uma articulação sistêmica (sob as diretrizes do Desenvolvimento Sustentável) entre as secretarias municipais e a comunidade, para um melhor posicionamento do município no cenário turístico estadual.

5.2 Diagnóstico da Dimensão Operacional

A **dimensão operacional** engloba a capacidade técnica do quadro de pessoal e a competência política para aplicar, captar e ampliar recursos próprios e de terceiros, bem como a existência e disponibilidade de recursos técnicos, softwares e equipamentos, tais como computadores, data-show, intranet e acesso à internet.

5.2.1 Recursos Financeiros

No período compreendido entre 2004 e 2007, a receita bruta (RB) aumentou 46,60%. A participação da receita própria saltou de 4,11% para 7,59%. O incremento da participação da receita própria deveu-se ao aumento da arrecadação de ISS, que triplicou no período. Considerando a variação do IPCA entre 2004 a 2007, que foi de 22,51%, verifica-se na tabela abaixo que houve uma evolução na arrecadação bem acima da inflação do período.

Tabela 8 – Evolução das Receitas Municipais – 2004 / 2007

RECEITA	2004		2007		2004 / 2007
	Valor-R\$	% da Receita Bruta	Valor-R\$	% da Receita Bruta	EVOLUÇÃO %
Receita Bruta	17.079.204	100,00%	25.038.929	100,00%	46,60%
Receita Própria	701.763	4,11%	1.900.455	7,59%	170,81%
IPTU	9.594	0,06%	19.450	0,08%	102,73%
ISS	250.310	1,47%	1.140.098	4,55%	355,48%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

A Secretaria do Tesouro Nacional elaborou e publicou um estudo sobre o perfil e evolução das finanças municipais no período de 1998 a 2006. Segundo esse estudo, os municípios com população até 50.000 habitantes têm, em média, arrecadação própria correspondente a 14,8% da RB e receita de ISS e IPTU correspondente, cada uma, a 2,2% da receita bruta.

Analisando-se o desempenho de Camamu em comparação com municípios do mesmo porte, e com base no citado estudo, verifica-se que o percentual de arrecadação própria aproxima-se da metade da média dos municípios semelhantes. Quanto à participação da arrecadação de ISS na receita bruta, esta corresponde a cerca de duas vezes a proporção de municípios do mesmo porte. Já o IPTU tem participação na RB bastante inferior à média, o que pode indicar a necessidade de revisão da planta de valores, do cadastro de contribuintes, ou mesmo da sistemática de cobrança do tributo.

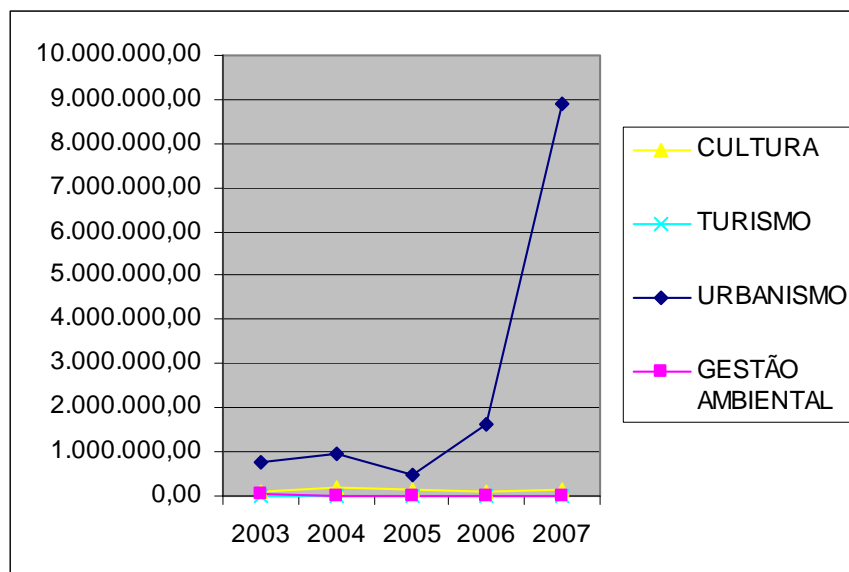
A tabela e gráfico abaixo demonstram a situação do Município em relação às despesas, por função, relacionadas com as áreas de atuação deste Plano:

Tabela 9 – Evolução das Despesas Municipais por Função:
Áreas de Atuação do PMGT 2003 a 2007

ANO	RECEITA CORRENTE	DESPESAS							
		CULTURA	%RC	TURISMO	%RC	URBANISMO	%RC	GESTÃO AMBIENTAL	%RC
2003	15.090.071,64	92.957,90	0,6%	0,00	0,0%	769.101,76	5,1%	37.117,00	0,2%
2004	18.428.808,48	175.912,23	1,0%	0,00	0,0%	972.571,25	5,3%	0,00	0,0%
2005	22.296.054,64	162.176,85	0,7%	0,00	0,0%	462.050,92	2,1%	0,00	0,0%
2006	22.964.968,64	92.595,52	0,4%	0,00	0,0%	1.648.698,09	7,2%	0,00	0,0%
2007	27.043.442,15	139.353,05	0,5%	0,00	0,0%	8.902.905,67	32,9%	0,00	0,0%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Gráfico 6 - Evolução das Despesas Municipais por Função:
Áreas de Atuação do PMGT – 2003 a 2007



Verifica-se que a despesa com urbanismo é a mais representativa em termos absolutos, dentre as quatro áreas de atuação do Plano. Nessa área houve um aumento significativo de aporte de recursos em 2007.

A área de Cultura não tem muita representatividade em relação à receita bruta, correspondendo a 0,5% desta e as áreas de Gestão do Meio Ambiente e Gestão do Turismo não apresentam aplicação de recursos nos últimos 4 anos.

Foram levantadas ainda informações referentes aos fundos de financiamento utilizados pela Prefeitura para cada uma das áreas já citadas. Identificou-se a existência de Fundos para o turismo e a cultura, mas são inoperantes. Já existe o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e na área de meio ambiente, a Prefeitura arrecada recursos através das Taxas de Licenciamento Ambiental.

5.2.2 Recursos Humanos

A estrutura administrativa da Prefeitura é formada por 427 servidores estatutários; 338 funcionários celetistas, perfazendo um total de 765 funcionários.

Tabela 12 – Quantitativo de pessoal por área

Área: Turismo	
Denominação do Cargo/Emprego	Quantidade
Secretária de Turismo	1
Chefe de Eventos	1
Chefe de Gabinete	1
Área: Meio Ambiente	
Denominação do Cargo/Emprego	Quantidade
Diretor de Meio Ambiente	2
Escriturária	0
Área: Desenvolvimento Urbano	
Denominação do Cargo/Emprego	Quantidade
Secretário de Desenvolvimento Urbano	1
Secretário de Obras	1
Escriturária	1
Chefe de Gabinete	1
Área: Cultura	
Denominação do Cargo/Emprego	Quantidade
Diretor de Cultura	1

Fonte: SETUR 2ª Oficina, 2009.

Quanto à questão de licenciamento e fiscalização, as ações e procedimentos são empreendidos por um quadro funcional distribuído como se segue, por área específica, segundo dados da tabela abaixo.

Tabela 13 – Funcionários alocados ou capacitados para as funções de licenciamento e fiscalização

Funcionários	Turismo	Cultura	Meio Ambiente	Desenvolvimento Urbano
Exercem a função de licenciamento	---	---	2	---
Estão capacitados para a função de licenciamento	---	---	2	---
Exercem a função de fiscalização	---	---	2	8
Estão capacitados para a função de fiscalização	---	---	2	8

Fonte: SETUR 2ª Oficina, 2009.

A tabela abaixo apresenta o perfil formativo dos servidores municipais alocados em cada uma das áreas pesquisadas. Observa-se que 50% dos funcionários possuem nível superior e os outros 50% nível médio de formação.

Tabela 14 – Perfil do pessoal por área

Denominação do Cargo/Emprego	TURISMO			
	Nível de Formação			
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação
Secretária de Turismo	-	1	-	-
Chefe de Eventos	-	-	1	-
Chefe de Gabinete	-	1	-	-
Denominação do Cargo/Emprego	CULTURA			
	Nível de Formação			
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação
Diretor de Cultura	-	-	1	-
Denominação do Cargo/Emprego	MEIO AMBIENTE			
	Nível de Formação			
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação
Diretor de Meio Ambiente	-	-	1	1-
Escriturária	-	1	-	-
Denominação do Cargo/Emprego	DESENVOLVIMENTO URBANO			
	Nível de Formação			
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação
Secretário de Desenvolvimento Urbano	-	-	1	-
Secretário de Obras	-	-	1	-
Escriturária	-	1	-	-
Chefe de Gabinete	-	1	-	-

Fonte: SETUR 2ª Oficina, 2009.

A Prefeitura informou que está sendo elaborado um Plano de cargos e salários para os servidores.

Em relação à articulação interinstitucional para as ações de capacitação dos servidores, a Secretaria de Turismo informou que seus funcionários estão participando de cursos para gestores de turismo, promovido pelo MTur. Quanto ao meio ambiente, houve capacitação de funcionários através do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC. Em relação ao desenvolvimento urbano, a gestão apontou a necessidade de capacitação e motivação de seus funcionários para o desenvolvimento dos trabalhos.

5.2.3 Recursos Técnicos

Quanto à existência de equipamentos, as respostas obtidas estão apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 15 – Disponibilidade de equipamentos/softwarees por área

ITEM	Turismo	Cultura	Meio Ambiente	Desenvolvimento Urbano	Total
Computador	1	2	1	3	5
Impressora	-	2	-	1	2
Data-show	-		-	-	-
Intranet	Não	Não	Não	Não	-
Internet	Sim	Sim	Sim	Sim	-

Fonte: SETUR 2ª Oficina, 2009.

Sobre Base Cartográfica Digitalizada, existe apenas na área de desenvolvimento urbano com alguns dados coletados pela Embasa.

Quanto à existência e utilização de sistema de cadastro técnico, a gestão pública municipal informou utilizar o Banco de Dados Access para a área de desenvolvimento urbano. Não há sistema de cadastro técnico para as áreas do PMGT.

5.2.4 Quadro Síntese da Dimensão Operacional

SINTESE DO DIAGNÓSTICO DE CAMAMU – 2009			
CULTURA	TURISMO	MEIO AMBIENTE	DESENVOLVIMENTO URBANO
DIMENSÃO OPERACIONAL			
A dotação orçamentária para a área de cultura é inexpressiva e inconstante. Existe Fundo Municipal de Cultura, mas não há registro de sua operacionalização.	Não houve dotação orçamentária para a área de turismo nos últimos quatro anos. A partir de 2010 o turismo terá o seu orçamento (está dentro do PPA 2010 / 2013). Existe um Fundo Municipal de Turismo, mas é necessária a sua regulamentação. A Secretaria está buscando repasses para o Fundo, e é preciso atualizar sua composição. A Prefeitura está em negociação com a Associação dos Barqueiros para recolhimento de taxa.	A Prefeitura administra os valores arrecadados com as Taxas de Licenciamento Ambiental desde o ano de 2002.	A dotação orçamentária para a área de Urbanismo é expressiva, porém inconstante. Já existe um Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Há apenas 01 funcionário alocado para a gestão da cultura * 01 Diretoria de Cultura.	A Prefeitura conta com 3 funcionários para a gestão do turismo, todos em nível de gestão.	A Prefeitura conta com 02 funcionários para a gestão ambiental. O quadro será ampliado.	A Prefeitura conta com apenas 04 funcionários para a gestão do desenvolvimento urbano: 3 em cargos de gestão e 1 operacional. Existem fiscais em desvio de função desde o concurso e que nunca trabalharam e não aceitam desempenhar a função, sendo necessárias ações administrativas para a contratação de novos fiscais.
O funcionário alocado na área de cultura não participou de capacitação nos últimos anos.	Os funcionários alocados na área de turismo estão participando do curso do MTUR para gestores do turismo.	Houve capacitação de funcionários responsáveis pela gestão ambiental através do PNC.	Os funcionários alocados na área de desenvolvimento urbano não participaram de capacitação nos últimos anos. A equipe de fiscalização dos instrumentos urbanos precisa de capacitação e motivação.
Há 2 computadores e 02 impressoras, mas seu uso é compartilhado com as demais áreas da Secretaria. O Departamento de Cultura utiliza os equipamentos de outras Secretarias.	Não há equipamentos de Informática suficientes para a estrutura de gestão atual (1 computador para 3 funcionários).	Não há equipamentos de Informática suficientes para a estrutura de gestão atual (1 computador para 2 funcionários).	Não há equipamentos de Informática suficientes para a estrutura de gestão atual (3 computadores para 4 funcionários).
Não há banco de dados informatizado para a cultura e nem sistema de gerenciamento informatizado.	Não há banco de dados informatizado para o turismo e nem sistema de gerenciamento informatizado.	Não há banco de dados informatizado para a gestão ambiental e nem sistema de gerenciamento informatizado. Existe um sistema autônomo de licenciamento.	O município não conta com Base Cartográfica Digital ou sistema de gerenciamento informatizado. Existem dados da EMBASA que podem auxiliar no georreferenciamento.
A Secretaria tem acesso à internet, mas não possui intranet.	A Secretaria tem acesso à internet, mas não possui intranet.	A Secretaria tem acesso à internet, mas não possui intranet.	A Secretaria tem acesso à internet, mas não possui intranet..

5.2.5 Conclusões

No tocante a **dimensão operacional**, verificou-se que o município de Camamu possui pouca autonomia na sua capacidade financeira, como consequência da baixa arrecadação de impostos municipais, dependendo de verbas federais.

Correlacionando este aspecto com a indicação de iniciativas incipientes de capacitação apenas para servidores das áreas de turismo e meio pode-se inferir que existe necessidade de fortalecer a capacidade técnica da Prefeitura.

Esse fato se constitui num pré-requisito para ampliar a capacidade financeira da Prefeitura, de modo a criar a possibilidade de executar as ações necessárias ao fortalecimento da atividade turística, inclusive aquelas previstas neste Plano de Ação.

O percentual de arrecadação própria do município é de aproximadamente metade da média de municípios do mesmo porte; a arrecadação de ISS na receita bruta corresponde a cerca de duas vezes a proporção de municípios correlatos e o IPTU tem participação na Receita Bruta bastante inferior à média.

Apesar do aumento na arrecadação no município, verifica-se que a aplicação de recursos na área de cultura é menor que 1% da receita bruta e que não há registro de investimentos nas áreas de Turismo e Gestão Ambiental nos últimos quatro anos.

Verifica-se que as despesas com urbanismo são as mais representativas em termos absolutos, dentre as quatro áreas de atuação do Plano. Nessa área houve um aumento significativo de aporte de recursos em 2007, equivalendo a mais de 30% da receita bruta.

Em relação aos recursos humanos e técnicos, a estrutura da Secretaria de Turismo Municipal conta com um quadro de pessoal reduzido, bem como equipamentos de informática insuficientes, de forma que é preciso avaliar a necessidade de receber reforços e de estar articulada com outras Secretarias Municipais, para enfrentar os desafios da execução de ações voltadas para a consolidação do turismo no município.

Assim, o presente diagnóstico permite levantar ainda as seguintes carências:

- Baixa ocorrência de iniciativas para capacitação e aperfeiçoamento dos servidores municipais;
- Inexistência de Base Cartográfica Digitalizada para as áreas de turismo, cultura e meio ambiente;
- Inexistência de sistema de cadastro técnico para as áreas de turismo, cultura e meio ambiente, entre outros.

5.3 Diagnóstico da Dimensão da Sustentabilidade

Na **dimensão da sustentabilidade**, foram observados os níveis de interação e cooperação entre os órgãos municipais, entre os municípios e entre as demais esferas do governo, inclusive os conselhos, além da comunicação e envolvimento da comunidade nos projetos municipais para o turismo.

5.3.1 Mecanismos de Participação da Comunidade nas Decisões

Em relação aos mecanismos de participação da comunidade nas decisões municipais, notifica-se a existência do Conselho Municipal de Turismo de Camamu (CMTC); do Conselho Municipal de Cultura (CMC); e do Conselho de Meio Ambiente (CONDEMA), todos compostos por 50% de representantes do setor público e 50% de representantes da iniciativa privada.

A Prefeitura informou que estes Conselhos precisam ser reestruturados e que há iniciativas em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Já está aprovada lei que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. A Prefeitura está promovendo a escolha dos seus membros.

Verificou-se que em relação à inserção de temas referentes às áreas do plano na matriz curricular das escolas da rede pública, apenas temas referentes ao turismo são oferecidos (como conteúdos extracurriculares).

5.3.2 Existência de Convênios, Consórcios e Parcerias.

Questionada sobre a existência de ações conjuntas com outros municípios, com o Governo Estadual, com o Governo Federal, com o setor privado e com ONGs, foram identificadas as iniciativas abaixo, conforme dados da tabela abaixo.

O município de Camamu integra a Associação dos Municípios do Baixo Sul (AMUBS), que realiza ações articuladas para o desenvolvimento do turismo sustentável da região da Costa do Dendê.

Tabela 16 – Ações conjuntas em andamento por área.

Ações	Turismo	Cultura	Meio ambiente	Desenvolvimento Urbano
Conjuntas com outros municípios	AMUBS Câmara Técnica de turismo, uma associação que trabalha em conjunto para desenvolver a região da Costa do Dendê, capacitar o <i>trade</i> turístico e ajudar a minimizar os problemas e dificuldades do município para o desenvolvimento turístico.	---	---	---
Conjuntas com o Governo Estadual	BAHIATURSA: promoção e divulgação do município.	---	SEMA– Estadual.	Infra-estrutura Urbana.
Conjuntas com o Governo Federal	Programa Turismo no Brasil.	---	---	---
Conjuntas com a iniciativa privada	---	---	---	---
Conjuntas com ONGs	---	---	---	---

Fonte: SETUR 1ª Oficina, 2005.

O município de Camamu integra a Associação dos Municípios do Baixo Sul (AMUBS), que realiza ações articuladas para o desenvolvimento do turismo sustentável da região da Costa do Dendê.

5.3.3 Mecanismos para a Transparência da Gestão

A Prefeitura de Camamu ainda não dispõe de site institucional para divulgação das ações desenvolvidas. Além disso, os Conselhos de Turismo e de Meio Ambiente não estão em funcionamento, o que dificulta o processo de transparência e de participação social nas tomadas de decisão.

5.3.4 Quadro Síntese da Dimensão de Sustentabilidade

SINTESE DO DIAGNÓSTICO DE CAMAMU - 2009			
CULTURA	TURISMO	MEIO AMBIENTE	DESENVOLVIMENTO URBANO
DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE			
Como mecanismo de participação está sendo estruturado o Conselho de Cultura em parceria com a SECULT.	O Conselho de Turismo existe, mas é preciso revitalizar.	Há poucos mecanismos para a participação da comunidade nas decisões. Existe um CONDEMA, mas não há informações sobre o seu funcionamento. Obs.: O CONDEMA funcionou desde a sua	Há poucos mecanismos para a participação da comunidade nas decisões. Existe a Lei de criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, a Secretaria está organizando os membros para tomar posse e realizar a primeira reunião do conselho.

		Implantação, só ficando sem se reunir, a partir de 01 de janeiro de 2009 até a data do Decreto de sua nova composição. O Decreto de composição foi reestruturado em 04/08/2009.	
Há poucos projetos voltados para o desenvolvimento da cultura em execução através de parcerias.	Há poucos projetos voltados para o desenvolvimento do turismo em execução através de parcerias.	Existe um projeto de Recuperação Ambiental, mas ainda há poucos projetos voltados para o meio ambiente em execução através de parcerias.	Há poucos projetos voltados para o desenvolvimento urbano em execução através de parcerias.
A Prefeitura dispõe de poucos recursos para a transparência da gestão. A Prefeitura não dispõe de Home-Page.	A Prefeitura dispõe de poucos recursos para a transparência da gestão. A Prefeitura não dispõe de Home-Page.	A Prefeitura dispõe de poucos recursos para a transparência da gestão. A Prefeitura não dispõe de Home-Page.	A Prefeitura dispõe de poucos recursos para a transparência da gestão. A Prefeitura não dispõe de Home-Page.

5.3.4 Conclusões

Desse modo, em relação à **dimensão de sustentabilidade**, observa-se que existem iniciativas por parte da Prefeitura de Camamu de estabelecer níveis de articulação com a comunidade (Conselhos e serviços de informação à população). Contudo, vale salientar que o conceito de gestão norteador desse trabalho, preconiza uma visão processual e interdependente das dimensões estudadas, para que ocorram resultados concretos das ações desenvolvidas. Assim, aponta-se a necessidade de o município de Camamu realizar ações que balanceiem estas dimensões, algumas delas, inclusive, previstas neste trabalho.

Foram levantados ainda os seguintes problemas, a serem enfrentados pela Gestão Municipal:

- Baixo nível de participação da população nos processos decisórios sobre investimentos municipais;
- Baixa ocorrência de ações vigentes desenvolvidas de forma conjunta com outras instâncias governamentais, com o setor privado e com ONGs;
- Insuficiência de ações de divulgação dos investimentos e resultados da gestão por parte da Prefeitura.

A próxima seção traz um Plano de Ação pactuado por área envolvida (turismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento urbano). Estas informações foram

extraídas da 2ª Oficina, realizada em outubro de 2009, e possibilitaram a definição de algumas soluções para os problemas identificados.

6. PLANO DE AÇÃO

PLANO DE AÇÃO - GESTÃO DA CULTURA - CAMAMU				
PÚBLICO-ALVO:	Gestores e Técnicos responsáveis pela gestão da cultura no município			
FOCO ESTRATÉGICO:	Estruturar o órgão municipal responsável pela gestão da cultura para o cumprimento de suas atribuições e competências e estimulá-lo a estabelecer parcerias			
OBJETIVO GERAL:	Dotar a Prefeitura de capacidade para decidir, executar e manter, no âmbito municipal, as ações para a promoção do desenvolvimento do turismo e do patrimônio natural e cultural de forma compartilhada, integrada e sustentável.			
PREMISSAS:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modelo de gestão municipal participativo e descentralizado; 2. Integração de ações de fortalecimento institucional dos três níveis de governo; 3. Disponibilidade de gestores e técnicos da Prefeitura para o trabalho em parceria; 4. Incorporação do município como prioridade nos programas geridos pelos órgãos estaduais; 5. Otimização de recursos através da implementação do plano de ação de forma conjunta, sempre que possível. 			
RESULTADOS FINALÍSTICOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
Implementar Estrutura Organizacional compatível com as competências previstas na Política Pública Setorial	Estrutura Organizacional compatível com o SNC e com as respectivas atribuições e competências definidas em lei e norma	Definir processos compatíveis com atribuições e competências e elaborar manual de operacionalização	Prefeitura (Diretoria de Cultura)	Dez 2010
	Cargos previstos na estrutura organizacional providos	Nomear funcionários para ocupar os cargos previstos na estrutura organizacional	Prefeitura (Diretoria de Cultura)	Dez 2010
Sistema completo de planejamento implementado	Sistemática de avaliação implementada	Elaborar uma sistemática de avaliação de resultados	Prefeitura (Diretoria de Cultura) e SETUR	Dez 2010
	Plano setorial elaborado e com diretrizes normatizadas em lei	Elaborar Plano Municipal de Cultura com indicadores e metas	Prefeitura (Diretoria de Cultura) e SECULT	Dez 2010
		Elaborar legislação compatível com o Plano Municipal de Cultura		
Base de Dados levantada e atualizada	Fazer pesquisa para formação da base de dados da cultura	Prefeitura (Diretoria de Cultura) / SECULT / SETUR / CONDER	Junho 2010	
Estrutura Organizacional dotada de recursos técnicos financeiros e humanos compatíveis com as suas atribuições e competências	Dotação orçamentária suficiente e compatível com atribuições	Operacionalizar o Fundo Municipal de Cultura e sensibilizar os Vereadores e prefeito para definir os recursos necessários no orçamento anual	Prefeitura (Diretoria de Cultura) e SECULT	Dez 2010
	Recursos Humanos capacitados para cumprir com suas atribuições	Capacitar os funcionários para a implementação do Sistema Nacional de Cultura	Prefeitura (Diretoria de Cultura) e SECULT	Dez 2010
		Base de dados e sistema de gerenciamento informatizados	Implantar o Cadastro Técnico Multifinalitário	Prefeitura (Diretoria de Cultura) SETUR / CONDER
	Elaborar SIG GEOPOLIS			
Sistema de Comunicação Interna e externa implantados e em	Capacitar gestores e técnicos para atuar de forma integrada	Prefeitura (Diretoria de Cultura) /	Junho 2010	

	funcionamento		SETUR /CONDER	
		Implantar intranet e acesso a Internet para todos os computadores da secretaria		Dez 2010
	Hardwares disponibilizados e suficientes para o andamento dos processos	Adquirir computadores e servidor com configuração compatível com os aplicativos que serão implantados.	Prefeitura (Diretoria de Cultura) / SETUR /CONDER	Dez 2010
Mecanismos de transparência e de participação implementados	Mecanismos de participação previstos no SNC implementados	Implantar as Conferências Municipais e os Fóruns Municipais de Cultura	Prefeitura (Diretoria de Cultura) / SECULT	Dez 2010
		Implantar o Conselho Municipal de Cultura		
	Mecanismos para dar transparência às ações da Secretaria Implementados	Implantar página na Internet e disponibilizar o SIG na página	Prefeitura (Diretoria de Cultura) / SETUR /CONDER	Junho 2010
Parcerias com outras esferas de governo, ONG's e Setor Privado estabelecidas	Consórcio Municipal para Elaboração de Projetos e captação de recursos implementada e em funcionamento	Implantar estrutura consorciada com outros municípios da região para elaboração de projetos e captação de recursos	Prefeitura (Diretoria de Cultura)	Dez 2010
		Capacitar técnicos e gestores para a elaboração de projetos e captação de recursos.	Prefeitura (Diretoria de Cultura) / SETUR	Dez 2010

PLANO DE AÇÃO - GESTÃO DO TURISMO - CAMAMU				
PÚBLICO-ALVO:	Gestores e Técnicos responsáveis pela gestão da turismo no município			
FOCO ESTRATÉGICO:	Estruturar o órgão municipal responsável pela gestão do turismo para o cumprimento de suas atribuições e competências e estimulá-lo a estabelecer parcerias			
OBJETIVO GERAL:	Dotar a Prefeitura de capacidade para decidir, executar e manter, no âmbito municipal, as ações para a promoção do desenvolvimento do turismo e do patrimônio natural e cultural de forma compartilhada, integrada e sustentável.			
PREMISSAS:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modelo de gestão municipal participativo e descentralizado; 2. Integração de ações de fortalecimento institucional dos três níveis de governo; 3. Disponibilidade de gestores e técnicos da Prefeitura para o trabalho em parceria; 4. Incorporação do município como prioridade nos programas geridos pelos órgãos estaduais; 5. Otimização de recursos através da implementação do plano de ação de forma conjunta, sempre que possível. 			
RESULTADOS FINALÍSTICOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
Implementar Estrutura Organizacional compatível com as competências previstas na Política Pública Setorial	Estrutura Organizacional compatível com a regulamentação da Lei Geral de Turismo e com as respectivas atribuições e competências definidas em lei e norma	Definir processos compatíveis com atribuições e competências e elaborar manual de operacionalização	Prefeitura (Secretaria de Turismo)	Dez 2010
Sistema completo de planejamento implementado	Sistemática de avaliação implementada	Elaborar uma sistemática de avaliação de resultados	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ SETUR/	Dez 2010
	Plano setorial elaborado e com diretrizes	Elaborar Plano Municipal de Turismo com indicadores e metas	Prefeitura	Dez 2010

	normatizadas em lei	Elaborar legislação compatível com o plano Municipal de Turismo	(Secretaria de Turismo)/ SETUR/		
	Base de Dados levantada e atualizada	Fazer pesquisa para formação da base de dados do Turismo	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ SETUR/ CONDER	Junho 2010	
Estrutura Organizacional dotada de recursos técnicos financeiros e humanos compatíveis com as suas atribuições e competências	Dotação orçamentária suficiente e compatível com atribuições	Ampliar recursos para o Fundo Municipal de Turismo e sensibilizar os Vereadores e prefeito para definir os recursos necessários no orçamento anual	Prefeitura (Secretaria de Turismo)	Dez 2010	
	Recursos Humanos capacitados para cumprir com suas atribuições	Capacitar os funcionários para cadastramento, licenciamento e fiscalização de atividades turísticas	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ MTur/ SETUR/ BT	Dez 2010	
	Base de Dados e sistema de gerenciamento informatizados	Implantar o Cadastro Técnico Multifinalitário		Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ SETUR/ CONDER	Junho 2010
		Elaborar SIG GEOPOLIS			
		Elaborar software para gerenciamento dos processos	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/	Junho 2011	
	Sistema de Comunicação Interna e externa implantados e em funcionamento	Capacitar gestores e técnicos para atuar de forma integrada	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ SETUR/ CONDER	Junho 2010	
		Implantar intranet e acesso a Internet para todos os computadores da secretaria	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/	Dez 2010	
Hardwares disponibilizados e suficientes para o andamento dos processos	Adquirir computadores e servidor com configuração compatível com os aplicativos que serão implantados.	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ SETUR/ CONDER	Dez 2010		
Mecanismos de transparência e de participação implementados	Mecanismos de participação previstos no Sistema Nacional de Turismo implementados	Revitalizar o Conselho Municipal de Turismo	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ MTur/ SETUR/ BT	Dez 2010	
	Mecanismos para dar transparência às ações da Secretaria Implementados	Implantar página na Internet e disponibilizar o SIG na página	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ SETUR/ CONDER	Junho 2010	
Parcerias com outras esferas de governo, ONG's e Setor Privado estabelecidas	Consórcio Municipal para Elaboração de Projetos e captação de recursos implementada e em funcionamento	Implantar estrutura consorciada com outros municípios da região para elaboração de projetos e captação de recursos	Prefeitura (Secretaria de Turismo)	Dez 2010	
		Capacitar técnicos e gestores para a elaboração de projetos e captação de recursos	Prefeitura (Secretaria de Turismo)/ SETUR	Dez 2010	

PLANO DE AÇÃO - GESTÃO DA MEIO AMBIENTE - CAMAMU				
PÚBLICO-ALVO:	Gestores e Técnicos responsáveis pela gestão da Meio Ambiente no município			
FOCO ESTRATÉGICO:	Estruturar o órgão municipal responsável pela gestão ambiental para o cumprimento de suas atribuições e competências e estimulá-lo a estabelecer parcerias			
OBJETIVO GERAL:	Dotar a Prefeitura de capacidade para decidir, executar e manter, no âmbito municipal, as ações para a promoção do desenvolvimento do turismo e do patrimônio natural e cultural de forma compartilhada, integrada e sustentável.			
PREMISSAS:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modelo de gestão municipal participativo e descentralizado; 2. Integração de ações de fortalecimento institucional dos três níveis de governo; 3. Disponibilidade de gestores e técnicos da Prefeitura para o trabalho em parceria; 4. Incorporação do município como prioridade nos programas geridos pelos órgãos estaduais; 5. Otimização de recursos através da implementação do plano de ação de forma conjunta, sempre que possível. 			
RESULTADOS FINALÍSTICOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
Implementar Estrutura Organizacional compatível com as competências previstas na Política Pública Setorial	Estrutura Organizacional compatível com a Resolução CONAMA e com as respectivas atribuições e competências definidas em lei e norma	Assinar Convênio com o SEMA/BA para cadastramento, licenciamento e fiscalização de empreendimentos de impacto local	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SEMA	Dez 2010
		Definir através de Decreto uma Estrutura Organizacional com as respectivas atribuições e competências	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente)	Dez 2010
		Definir processos compatíveis com atribuições e competências e elaborar manual de operacionalização	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente)	Dez 2010
	Cargos previstos na estrutura organizacional providos	Nomear funcionários para ocupar os cargos previstos na estrutura organizacional	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente)	Dez 2010
Sistema completo de planejamento implementado	Sistemática de avaliação implementada	Elaborar uma sistemática de avaliação de resultados	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente)	Dez 2010
	Plano setorial elaborado e com diretrizes normatizadas em lei	Elaborar Plano de Gestão Integrada da Orla (Projeto Orla)	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SEMA	Dez 2010
		Elaborar legislação compatível com o Plano de Gestão Integrada da Orla (Projeto Orla)		
Base de Dados levantada e atualizada	Ceder o GEOBAHIA para o Município			
Estrutura Organizacional dotada de recursos técnicos financeiros e humanos compatíveis com as suas atribuições e competências	Dotação orçamentária suficiente e compatível com atribuições	Criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente e sensibilização dos Vereadores e prefeito para definir os recursos necessários no orçamento anual	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SEMA	Dez 2010
	Recursos Humanos capacitados para cumprir com suas atribuições	Capacitar os funcionários para cadastramento, licenciamento e fiscalização ambiental	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SEMA	Dez 2010
	Base de Dados e sistema de gerenciamento informatizados	Implantar o Cadastro Técnico Multifinalitário	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SETUR E CONDER	Junho 2010
		Elaborar SIG GEOPOLIS		
		Ceder o CERBERUS (software de gerenciamento dos processos) ao município	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SEMA	Dez 2010
	Sistema de Comunicação Interna e externa implantados e em funcionamento	Implantar intranet e acesso a Internet para todos os computadores da secretaria	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente)	Dez 2010
	Hardwares disponibilizados e suficientes para o andamento dos processos	Adquirir computadores e servidor com configuração compatível com os aplicativos que serão implantados.	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SETUR E CONDER	Junho 2010

Mecanismos de transparência e de participação implementados	Mecanismos de participação previstos no SISNAMA Implementados	Operacionalizar o Conselho Municipal de Meio Ambiente	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SEMA	Dez 2010
	Mecanismos para dar transparência às ações da Secretaria Implementados	Implantar página na Internet e disponibilizar o SIG na página	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SETUR E CONDER	Junho 2010
Parcerias com outras esferas de governo, ONG's e Setor Privado estabelecidas	Consórcio Municipal para Elaboração de Projetos e captação de recursos implementada e em funcionamento	Implantar estrutura consorciada com outros municípios da região para elaboração de projetos e captação de recursos	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente)	Dez 2010
		Capacitar técnicos e gestores para a elaboração de projetos e captação de recursos.	Prefeitura (Secretaria de meio Ambiente) e SETUR	Dez 2010

PLANO DE AÇÃO - GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - CAMAMU				
PÚBLICO-ALVO:	Gestores e Técnicos responsáveis pela gestão do Desenvolvimento Urbano no município			
FOCO ESTRATÉGICO:	Estruturar o órgão municipal responsável pela gestão do Dês. Urbano para o cumprimento de suas atribuições e competências e estimulá-lo a estabelecer parcerias			
OBJETIVO GERAL:	Dotar a Prefeitura de capacidade para decidir, executar e manter, no âmbito municipal, as ações para a promoção do desenvolvimento do turismo e do patrimônio natural e cultural de forma compartilhada, integrada e sustentável.			
PREMISSAS:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modelo de gestão municipal participativo e descentralizado; 2. Integração de ações de fortalecimento institucional dos três níveis de governo; 3. Disponibilidade de gestores e técnicos da Prefeitura para o trabalho em parceria; 4. Incorporação do município como prioridade nos programas geridos pelos órgãos estaduais; 5. Otimização de recursos através da implementação do plano de ação de forma conjunta, sempre que possível. 			
RESULTADOS FINALÍSTICOS	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
Implementar Estrutura Organizacional compatível com as competências previstas na Política Pública Setorial	Estrutura Organizacional compatível com o Plano Diretor e com as respectivas atribuições e competências definidas em lei e norma	Definir através de Decreto uma Estrutura Organizacional com as respectivas atribuições e competências	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras)	Dez 2010
		Definir processos compatíveis com atribuições e competências e elaborar manual de operacionalização	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras)	Dez 2010
	Cargos previstos na estrutura organizacional providos	Nomear funcionários para ocupar os cargos previstos na estrutura organizacional	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras)	Dez 2010
Sistema completo de planejamento implementado	Sistemática de avaliação implementada	Elaborar uma sistemática de avaliação de resultados	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras) e SETUR	Dez 2010
	Base de Dados levantada e atualizada	Fazer pesquisa de campo para cadastro imobiliário	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras) / SETUR/ CONDER	Junho 2010
Estrutura Organizacional dotada de recursos	Recursos Humanos capacitados para cumprir com suas atribuições	Capacitar os funcionários para cadastramento, licenciamento e fiscalização	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras) e SEDUR	Dez 2010
	Base de Dados e sistema	Implantar o Cadastro Técnico	Prefeitura	Junho

técnicos financeiros e humanos compatíveis com as suas atribuições e competências	de gerenciamento informatizados	Multifinalitário	(Secretaria de Viação e Obras) / SETUR / CONDER	2010
		Elaborar SIG GEOPOLIS		
	Sistema de Comunicação Interna e externa implantados e em funcionamento	Elaborar software de gerenciamento dos processos	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras)	Junho 2011
		Capacitar gestores e técnicos para atuar de forma integrada	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras) / SETUR / CONDER	Junho 2010
		Implantar intranet e acesso a Internet para todos os computadores da secretaria	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras)	Dez 2010
	Hardwares disponibilizados e suficientes para o andamento dos processos	Adquirir computadores e servidor com configuração compatível com os aplicativos que serão implantados.	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras) / SETUR / CONDER	Junho 2010
Mecanismos de transparência e de participação implementados	Mecanismos de participação previstos Estatuto das Cidades implementados	Administrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras) / SEDUR	Dez 2010
	Mecanismos para dar transparência às ações da Secretaria Implementados	Implantar página na Internet e disponibilizar o SIG na página	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras) / SETUR / CONDER	Junho 2010
Parcerias com outras esferas de governo, ONG's e Setor Privado estabelecidas	Consórcio Municipal para Elaboração de Projetos e captação de recursos implementada e em funcionamento	Implantar estrutura consorciada com outros municípios da região para elaboração de projetos e captação de recursos	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras)	Dez 2010
		Capacitar técnicos e gestores para a elaboração de projetos e captação de recursos.	Prefeitura (Secretaria de Viação e Obras) / SETUR	Dez 2010

7. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O desenvolvimento do Plano de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural do Município de Itaparica será acompanhado e monitorado pelo Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados (SIGEOR), cedido através de convênio realizado com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O convênio com o SEBRAE englobou a cessão da metodologia e da ferramenta SIGEOR – Parceiros, bem como a capacitação dos agentes envolvidos (gestores e técnicos das secretarias estaduais, das prefeituras e dos representantes dos Conselhos Municipais relacionados com as áreas de atuação deste Plano e do Conselho de Turismo do Polo).

A gestão estratégica orientada para resultados é uma tendência mundial. Alguns organismos internacionais como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial, bem como agências públicas no Canadá, Austrália, Reino Unido e EUA estão adotando a metodologia.

No Brasil, a empresa Macroplan Perspectiva, Estratégia & Gestão desenvolveu a metodologia GEOR – Gestão Estratégica Orientada para Resultados, que foi adaptada para o SEBRAE e já acompanha mais de 1.000 projetos nacionais.

O objetivo do GEOR-SEBRAE é construir e gerir projetos orientados para resultados, ou seja, transformar intenções em resultados concretos, materializar uma iniciativa singular, mobilizar e articular recursos públicos e privados; em termos práticos, este modelo de gestão está apoiado em dois requisitos: responsabilização e compromisso.

A responsabilização consiste na alocação das atribuições, dos desafios e dos poderes cabíveis a pessoas físicas e não a cargos ou a órgãos. Isso reforça a liderança dos gestores de projeto, aproximando-o do público-alvo, permitindo uma percepção precisa e completa dos problemas e das oportunidades.

O compromisso implica na negociação e definição de responsabilidades claras e bem especificadas na execução de ações e alocação de recursos para o alcance dos

resultados, pactuados. O processo de negociação é tão ou mais importante que o “contrato” propriamente dito. É nele que se fortalece, pela prática, o conjunto de valores da gestão estratégica orientada para resultados.

Para auxiliar a implementação da metodologia GEOR, a Macroplan, em parceria com a FPS Tecnologia da Informação, desenvolveu em 2004 um software denominado SIGEOR.



O SIGEOR é um ambiente de gestão e colaboração, que permite dar agilidade e apoio às decisões estratégicas de cada projeto, através do gerenciamento e monitoramento contínuo pelas instituições parceiras envolvidas com determinado projeto.

O software permite também que os beneficiários de cada projeto e a sociedade em geral acompanhem as ações desenvolvidas e os resultados alcançados, propiciando maior transparência. As principais funcionalidades do SIGEOR são:

- registrar e apresentar a situação do projeto;
- acompanhar e gerenciar a execução das ações;
- acompanhar a realização financeira;
- gerenciar a superação dos marcos críticos;
- monitorar as restrições ao andamento normal do projeto.

APÊNDICES

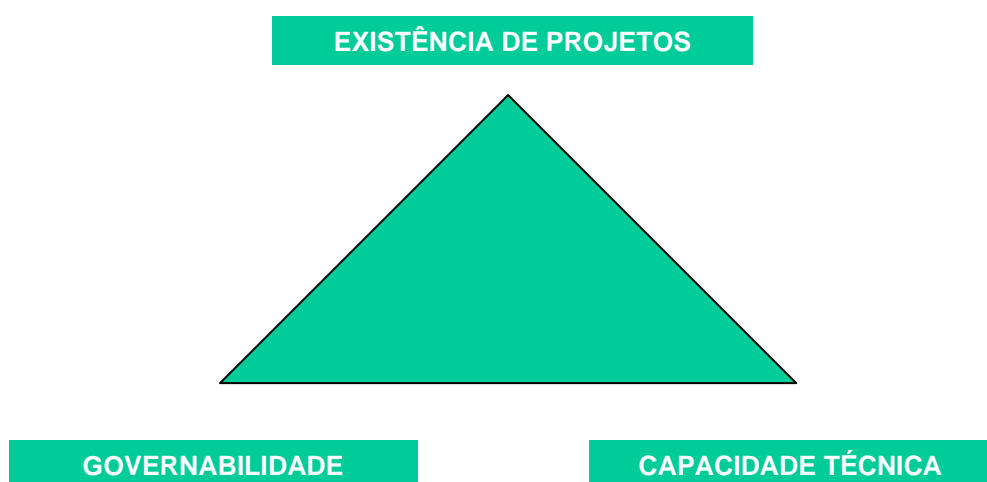
APÊNDICE 1 – Metodologia Utilizada Inicialmente



Para a concretização das etapas 1 e 2, foram realizadas duas oficinas em Salvador, uma de planejamento e outra de sensibilização, que contaram com a participação da representação dos municípios envolvidos, da SUINVEST e da consultoria contratada à época. A terceira etapa, correspondente à oficina de construção participativa dos planos municipais, foi realizada em cada município. A quarta e última etapa constituiu-se na elaboração dos planos respectivos, e foi realizada, num primeiro momento pelos técnicos da SUINVEST, com apoio da consultoria, e, posteriormente, revisada e complementada pela nova equipe da Assessoria Institucional da SUINVEST/SETUR em 2009, após a ocorrência das oficinas de “validação” em cada município.

Na primeira oficina foi construído, coletivamente, um conceito-guia de gestão do turismo que orientou a definição da proposta de planejamento a ser utilizada pela equipe da SUINVEST/Consultoria na elaboração do PGMT.

O conceito de gestão construído se aproxima do conceito de governo de Carlos Matus (1993)³, explicitado no seu Triângulo de Governo sobre a *capacidade de governar*, e adaptado por Guimarães *et al* (2004)⁴. Esses autores, ao construírem um modelo metodológico para avaliar a gestão pública, partem do Triângulo de governo de Matus (1993) e consideram que a capacidade de governar envolve três dimensões interdependentes entre si: a organizacional (formato decisório), a dimensão operacional (capacidade técnica e de mobilizar recursos) e a dimensão da sustentabilidade (capacidade de construir alianças e de sustentar os resultados de gestão). Assim, o modelo teórico triangular de governo privilegia categorias normativas (existência de projetos), categorias administrativas (capacidade técnica) e categorias políticas (governabilidade) conforme abaixo.



Para a elaboração do Plano de Fortalecimento Municipal para Gestão do Turismo, do Patrimônio Natural e Cultural os participantes da Oficina de Planejamento partiram dessa base teórica, para definir Gestão Municipal do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural, como sendo:

³ MATUS.C. *Política, Planejamento e governo*. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993

⁴ GUIMARÃES, M.C. Lessa, SANTOS, C.Sandra, MELO, Cristina e SANCHES FILHO, Alvino. *Avaliação da capacidade de gestão de organizações sociais: uma proposta metodológica em desenvolvimento*. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 20(6)-1642-1650, nov.dez, 2004.

Capacidade de decidir, executar e manter, no âmbito municipal, as ações para a promoção do desenvolvimento do turismo e do patrimônio natural e cultural de forma compartilhada, integrada e sustentável.

Na segunda oficina, a de sensibilização, foi atualizada a discussão sobre as questões conceituais e metodológicas que envolvem a gestão pública e o planejamento local no contexto contemporâneo. Nesta oficina, foi frisado, dentre os desafios colocados para a nova gestão pública, o de promover a melhoria da capacidade de gestão dos governos, sem prejuízos para o reconhecimento da importância das ações voltadas para aumentar a governabilidade democrática do sistema político (GUIMARÃES *et al*, 2004). Esta capacidade de gestão, por sua vez, passa a ser entendida como "a capacidade do governo para concretizar na realidade, de maneira eficiente e efetiva, as decisões tomadas no nível político" (CLAD, 1998, p. 5). Nessa oportunidade, também se buscou pactuar, com os representantes municipais, as alianças necessárias para a realização da terceira etapa da metodologia que seria a das oficinas de construção participativa dos planos municipais, em cada um dos municípios selecionados para essa primeira fase do PRODETUR-NE II.

O próximo passo foi promover a construção coletiva, envolvendo os gestores e técnicos dos governos municipais, empresários e representantes da comunidade, do levantamento dos insumos para a elaboração de cada Plano de Gestão Municipal. Assim, utilizando-se de uma metodologia participativa foi realizada a terceira oficina que teve como atividade principal a atualização das informações essenciais que deveriam compor o diagnóstico sobre a situação da gestão municipal em cada um dos municípios participantes.

Nesse sentido, partindo-se da **situação atual**, ou seja, da constatação de que os municípios não dispõem de uma estrutura adequada para a gestão do turismo e do patrimônio natural e cultural, os participantes das oficinas foram motivados com perguntas orientadoras, a identificar os problemas, soluções e prioridades, para atingir a **situação desejada**, expressa no conceito-guia. Ademais, o processo de construção do plano nas etapas representadas no diagrama abaixo, levou em conta aquelas três dimensões da gestão, ou seja:

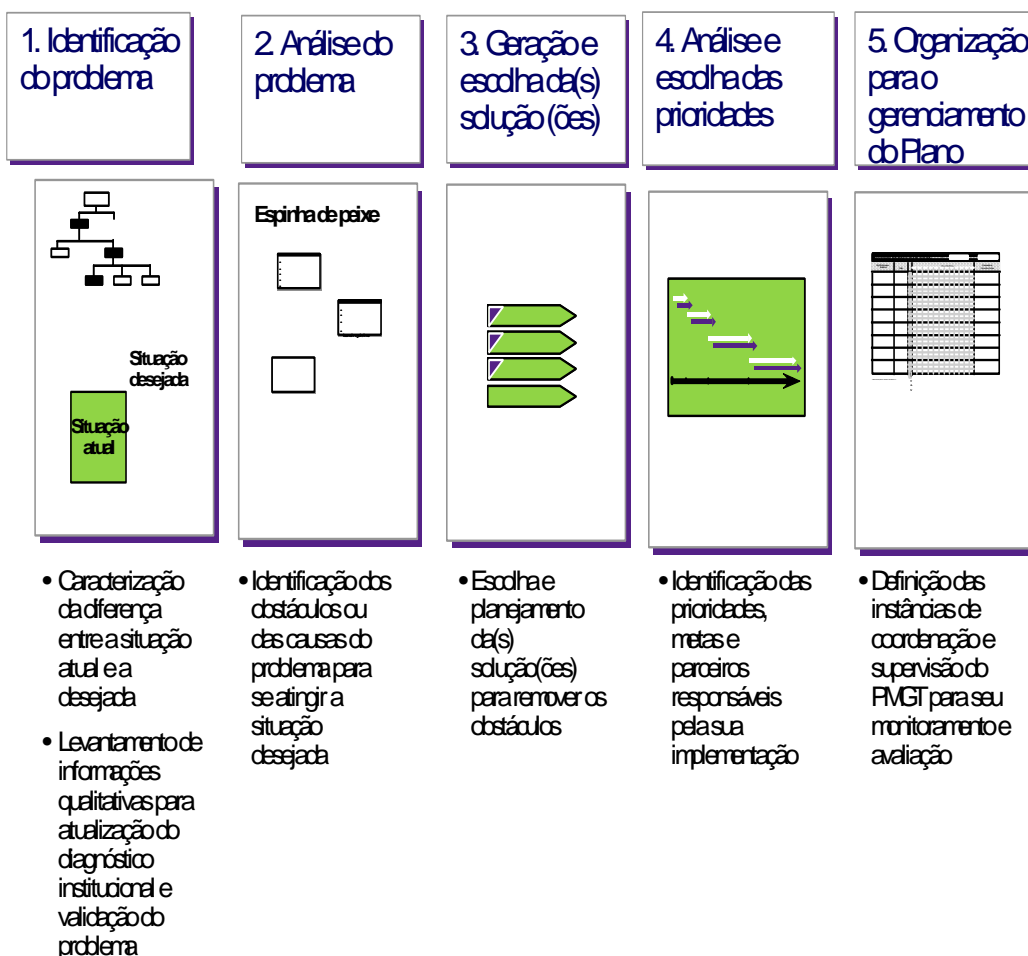
1. **Capacidade de planejamento e organização:** planejamento municipal para a gestão do turismo e do patrimônio natural e cultural; marcos regulatórios e legislação e estrutura organizacional e administrativa;

2. **Capacidade técnica e de recursos:** capacitação técnica do quadro de pessoal para as ações de promoção do desenvolvimento turístico e do patrimônio natural e cultural do município; competência política para captar, ampliar e aplicar recursos próprios e de terceiros para as ações de promoção do desenvolvimento do turismo e do patrimônio natural e cultural no município;
3. **Capacidade política e de articulação:** níveis de interação e cooperação entre os órgãos municipais, entre os municípios e demais esferas de governo; funcionamento dos Conselhos Municipais; envolvimento e participação da comunidade nos projetos municipais para o turismo e viabilidade econômica, social e ambiental dos projetos turísticos e do patrimônio natural e cultural.

O roteiro da oficina de construção participativa do Plano Municipal está representado no diagrama abaixo.

Roteiro da oficina para elaboração do PMGT

Etapas do processo



Concluída essa etapa, a equipe da SUINVEST, de posse de todo o material levantado nas oficinas, iniciou a quarta etapa de construção de cada PMGT. Para tanto, foi realizada em outubro de 2009, a última Oficina de Revisão do PMGT visando a atualização do diagnóstico e o alinhamento do Plano de Ação concretizando o presente documento, denominado **Plano de Gestão Municipal do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural do Município de Camamu**, que pretende, com a implementação das ações previstas, dar suporte aos municípios para que possam atingir, em médio prazo, os objetivos contidos nas três dimensões do conceito de gestão adotado pelo grupo de municípios:

- Aperfeiçoar o sistema de planejamento municipal para gerar projetos do turismo sustentável;
- Construir a capacidade técnica e operacional para executar as decisões e projetos do turismo e meio ambiente;
- Articular a integração institucional e regional para promover o desenvolvimento do turismo.

Para a atualização do diagnóstico municipal foram levantadas informações a partir de fontes secundárias (pesquisas realizadas pela equipe da SUINVEST em documentos disponíveis) e fontes primárias (aplicação de questionários durante as oficinas de elaboração dos Planos e junto às Prefeituras). Pretende-se então traçar um perfil de identificação do município e de seu estágio em relação ao conceito-guia da gestão.

A síntese do diagnóstico de cada área envolvida, organizada conforme o conceito de gestão governamental de Carlos Matus, serviu de base para a formatação do Plano de Ação para o Fortalecimento da Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural do Município de **Camamu**, no qual se encontram os resultados, metas e indicadores de desempenho das ações.

As ações consideradas fundamentais foram escolhidas independentemente de se enquadrarem nos itens financiáveis pelo PRODETUR-NE II: material de apoio e comunicação, capacitação, consultoria, sistemas e equipamentos de informática.

O Plano de Ação do Fortalecimento da Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural prevê uma proposta de gerenciamento através do Grupo Gestor Municipal escolhido, que deverá promover a execução das ações previstas, definindo as instâncias e mecanismos de integração, supervisão e coordenação do município, cuja atuação deverá ocorrer em estreita articulação com a SUINVEST.

APÊNDICE 2 - Questionário Aplicado durante a Oficina

QUESTIONÁRIO:

Atualização do Diagnóstico da Gestão Municipal do Turismo Município de Camamu

Identificação

- a) Técnico do município
- b) Gerente de Programa
- c) Secretário municipal de Turismo
- d) Coordenador do PRODETUR
- e) Representante da comunidade- Setor Empresarial (); ONG(); Associações() Outra () Especificar.....

Questão 1: É do seu conhecimento se existe no seu município:

1.1-Código Tributário Municipal?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.2-Diretrizes municipais para a gestão do turismo e para a preservação do meio ambiente?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.3-Plano Diretor?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.4-Plano Diretor aprovado em Lei municipal?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.5-Plano de preservação ambiental?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.6-Planos de Ação Setorial?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.7-Planejamento das ações de turismo e meio ambiente	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.8-Programação para fiscalização das áreas de preservação de exploração dos recursos naturais	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.9-Conselhos municipais? Em caso positivo Qual(is)	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.10-Conselhos em funcionamento?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.11-Programa de Educação Tributária no município, inclusive na rede municipal de ensino?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.12-Serviço de ouvidoria pública?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.13-Balcão integrado de atendimento ao cidadão?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.14-Número de telefone/fax especial para consulta do cidadão?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.15-Home-page (Internet) do município?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.16-Publicações e cartilhas educativas para a população?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.17-Caixa de coleta de sugestões da população?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.18-Programa de educação para atendimento ao turista?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe

1.19-Programação de orientação ao turista quanto à preservação dos recursos naturais?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.20-Sistema de tratamento de resíduos sólidos (lixo) no município?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
1.21-Você participou de algum treinamento oferecido pela Prefeitura ou pelo Estado no ano de 2004?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	

Questão 2- Na sua opinião:

2.1-A Prefeitura tem envolvido servidores dos diversos órgãos municipais no planejamento das ações de turismo e meio ambiente?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe	
2.2-A população participa diretamente da definição dos investimentos municipais? Em caso positivo, como?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe	
2.3-Qual o grau de prioridade das ações municipais nas áreas de turismo e meio ambiente?	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Baixo	Não sabe
2.4-Os investimentos e os resultados da gestão estão sendo divulgados para a população? Em caso positivo, como?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe	

Responda apenas se você é gestor (gerente ou coordenador) de algum órgão da Prefeitura

Questão 3- Dê sua opinião sobre as seguintes questões:

3.1-Qual o grau de autonomia decisória do seu órgão para selecionar e executar suas prioridades?	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Não sabe
3.2-Este grau de autonomia facilita ou dificulta sua performance gerencial? (agilidade nas decisões e execução de ações)	<input type="checkbox"/> Facilita	<input type="checkbox"/> Dificulta		
3.3-O número de órgãos e de setores que existem a Prefeitura fortalecem ou pulverizam ações e os serviços oferecidos?	<input type="checkbox"/> Fortalecem	<input type="checkbox"/> Pulverizam		
3.4-Existem sistemas informatizados e/ou banco de dados que fornecem informações gerenciais para lhe auxiliar no momento de tomar decisão?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		
3.5-Os sistemas informatizados estão interligados?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe	
3.6-Os bancos de dados existentes disponibilizam informações confiáveis?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Por quê?	
3.7-Os bancos de dados existentes disponibilizam informações no tempo oportuno para a decisão?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Por quê?	
3.8-Você utiliza, para tomar decisões, algum dos instrumentos de Planejamento? Em caso positivo Especificar (Qual/is)	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		
3.9-Existe Programação de execução financeira?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe	

3.10-Existem metas definidas para a redução de despesas pública?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
3.11- Existem Indicadores da qualidade do gastos?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
3.12-São utilizados Indicadores que permitam avaliar os impactos de ações desenvolvidas pela prefeitura para a gestão do turismo?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
3.13-Os Sistemas informatizados são do município ou são terceirizados?	<input type="checkbox"/> Município	<input type="checkbox"/> Terceirizados	<input type="checkbox"/> Não sabe
Questão 4- Sobre infra estrutura e ações de desenvolvimento de recursos humanos			
4.1-Existem Programas específicos desenvolvidos pela Prefeitura voltado para envolvimento e comprometimento dos servidores com os objetivos e resultados da gestão municipal?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
Em caso positivo Especificar (Qual/is)			
4.2-Existe articulação interinstitucional para as ações de capacitação dos servidores em turismo ou áreas afins (com outras secretarias o município e órgãos do Estado)?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
Em caso positivo Especificar (Qual/is)			
4.3-Você participou de algum treinamento em 2004?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Em caso positivo Especificar (Qual/is)			
4.4-Existe Plano de cargos, carreiras e salários para os servidores da Prefeitura?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
4.5-Seu órgão ou secretaria dispõe de computador?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Quantos
4.6-Seu órgão ou secretaria dispõe de impressoras?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Quantos
4.7-Seu órgão ou secretaria dispõe de scanner?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Quantos

APÊNDICE 3 - Questionário aplicado junto à Prefeitura

QUESTIONÁRIO:

Atualização do Diagnóstico da Gestão Municipal do Turismo

Responsabilidade dos Secretários de Turismo ou Coordenadores do PRODETUR
Município de Camamu

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS					
1-Qual a composição da receita corrente do município (ano de 2005)?	% Mun. R\$.3,86.....	% Est R\$.9,55.....	% Fed. R\$.86,00.....	Outras R\$.0,59...	
2-A maior participação na receita corrente está vinculada às transferências tributárias?	() Sim	(x) Não	() Não sabe		
3-Existe metodologia para análise de custo benefício dos investimentos municipais?	(x) Sim	() Não	() Não sabe		
4-Os registros contábeis são vinculados e automáticos?	(x) Sim	() Não	() Não sabe		
5-Existe sistema de conta única para o controle do fluxo financeiro?	() Sim	(x) Não	() Não sabe		
6-Existe política de monitoramento dos maiores contribuintes e acesso ou cruzamento de dados com base fiscais estadual e/ou federal?	(x) Sim	() Não	() Não sabe		
7-Existe arrecadação do contencioso e o controle da fiscalização?	(x) Sim	() Não	() Não sabe		

8-Existe administração de fundos específicos?	(x) Sim	() Não	() Não sabe
9-As despesas com pessoal atendem aos limites da LC 101/00, inclusive quanto ao poder legislativo?	(x) Sim	() Não	() Não sabe
10-Existe um sistema de tratamento de resíduos sólidos no município	(x) Satisfatório	Sim () Não	Sim () Insatisfatório
11- Quais serviços de Turismo são oferecidos pelo município?	<ul style="list-style-type: none"> • Balcão de Atendimento ao Turista; • Agencia de viagens; • Agencia de Turismo; • Secretaria de Turismo; • Hotel e Pousadas; • Agencia de Transportes: Marítimo e Rodoviário; • Estacionamentos; • Restaurantes; • Bar; • Marina; 		
POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			
1-Qual o Quantitativo de pessoal do quadro próprio-Estatutário?	427		
2-Qual o quantitativo de pessoal do quadro próprio-CLT?	338		
3-Qual o Quantitativo de pessoal comissionados ?	75		
4-Qual o quantitativo de pessoal cedido de outras instituições?	38		
5-A distribuição de pessoal está adequada?	() Sim	(x) Não	() Não sabe

6-Existe metodologia para levantamento das necessidades de treinamento?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sabe
---	---	------------------------------	-----------------------------------

7-Número de servidores municipais que participaram de treinamento em 2004?	300
--	-----

8- Número de gestores municipais que participaram de treinamento em 2004?	12
---	----

APÊNDICE 4 - Questionário Ampliado

As questões abaixo estão distribuídas conforme as três dimensões da gestão: organizacional, operacional e sustentabilidade. Dê uma resposta para cada área específica da gestão municipal: turismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento urbano.

ÁREAS					
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL					
	TURISMO		CULTURA		MEIO AMBIENTE
1) As competências e atribuições administrativas das áreas aqui relacionadas são conhecidas e aplicadas?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
1.1) Em que documento estão descritas estas informações?					
2) A execução de ações relacionadas com as áreas aqui consideradas acontece de forma independente dos outros setores da Prefeitura?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
2.1) Caso a resposta seja negativa, com quais setores da Prefeitura essas áreas aqui consideradas se relacionam com maior frequência para efetivar suas atribuições específicas?					
3) Existe Base Cartográfica Municipal digitalizada?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
4) Existe Legislação Municipal específica para cada uma dessas áreas?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
4.1) Caso a resposta seja afirmativa, especifique as Leis existentes em cada área.					
5) Existem Projetos voltados para cada uma dessas áreas, elaborados pelo poder municipal?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
5.1) Caso a resposta seja afirmativa, especifique os Projetos existentes em cada área.					

6) Especifique os Programas (nome, objetivo, fonte de recursos, etc) em andamento em cada área, neste município, vinculados aos diferentes entes governamentais (federal, estadual, municipal).					
7) Qual a forma (sistemáticas escritas; procedimentos; normas; etc) utilizada pela Prefeitura para a ação de controle e fiscalização, em cada uma das áreas aqui especificadas? (Considerar as suas relações com o PDM; Legislações Federal, Estadual e Municipal).					
8) Qual a forma (sistemáticas escritas; procedimentos; normas etc) utilizada pela Prefeitura para a ação de Licenciamento, em cada uma das áreas aqui especificadas? (Considerar as suas relações com o PDM; Legislações Federal, Estadual e Municipal).					
9) Quantos funcionários estão alocados na função de Licenciamento?					
9.1) Quantos estão capacitados para esta função?					
10) Quantos funcionários estão alocados na função de Fiscalização?					
10.1) Quantos estão capacitados para esta função?					
11) Existe Código de Meio Ambiente?				Sim	
12) Existem Planos Municipais para o desenvolvimento de cada área? (Exemplo: Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo; Plano Municipal de Desenvolvimento da Cultura, etc).	Sim	Não	Sim	Não	Sim
12.1) Qual a situação de cada um desses Planos Setoriais de Turismo, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano. (Exemplos: Em elaboração; Concluído;					

Pendente de atualização; Sem utilização, etc).					
13) Qual a situação do Plano Diretor (PDM) do município? (Exemplos: Em elaboração Concluído Pendente de atualização Sem utilização, etc).					
DIMENSÃO OPERACIONAL					
14) Qual a quantidade de computadores em cada setor (Secretaria, Diretoria ou Departamento) correspondente a cada uma das áreas aqui especificadas?					
15) Qual a quantidade de impressoras em cada setor (Secretaria, Diretoria ou Departamento) correspondente a cada uma das áreas aqui especificadas?					
16) Existe data-show na Prefeitura?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
17) Existe intranet (interligação dos setores em rede)?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
18) Existe Internet?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
19) Existe sistema de cadastro técnico?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
19.1) Especifique qual o sistema de cadastro técnico existente em cada uma das áreas aqui especificadas.					
20) Mencione quais os fundos específicos de financiamento que a Prefeitura utiliza, em cada área aqui descrita, com os seus respectivos valores (em R\$).					
DIMENSÃO DA SUSTENTABILIDADE					
21) Existem Conselhos Municipais em cada uma das	Sim	Não	Sim	Não	Sim

áreas aqui especificadas?				
21.1) Especifique o nome destes Conselhos.				
21.2) Qual a composição de cada Conselho (% de participação do setor público, do privado e do terceiro setor) com seu respectivo quantitativo de conselheiros?				
22) O município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura?		Sim	Não	
22.1) Caso a resposta seja afirmativa, indique a data de adesão.				
23) Cite as ações vigentes, em conjunto com outros municípios, em cada uma dessas áreas.				
24) Cite as ações em conjunto com o Governo Estadual, em cada uma dessas áreas.				
25) Cite as ações em conjunto com o Governo Federal, em cada uma dessas áreas.				
26) Cite as ações em conjunto com o Setor Privado, em cada uma dessas áreas.				
27) Cite as ações em conjunto com ONGs, em cada uma dessas áreas.				
28) Cite os mecanismos municipais utilizados (balcão de informação, ouvidoria, etc) para participação e comunicação da Prefeitura com a comunidade, em cada uma dessas áreas.				
29) Existe inserção na grade curricular das escolas públicas de temas referentes a cada uma dessas áreas?	Sim	Não	Sim	Não
29.1) Em caso afirmativo, informe a data do início desta inserção.				

**Recursos Humanos / Perfil e Quantitativo de Pessoal das áreas⁵: Turismo, Cultura,
Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano**

QUADRO 1 - TURISMO

Denominação do Cargo / Emprego	Quant	Nível de Formação			
		Fund.	Médio	Superior	

QUADRO 2 - CULTURA

Denominação do Cargo / Emprego	Quant	Nível de Formação			
		Fund.	Médio	Superior	

QUADRO 3 – MEIO AMBIENTE

Denominação do Cargo / Emprego	Quant	Nível de Formação			
		Fund.	Médio	Superior	

QUADRO 4 – DESENVOLVIMENTO URBANO

Denominação do Cargo / Emprego	Quant	Nível de Formação			
		Fund.	Médio	Superior	

⁵ Caso estas áreas atuem de forma conjunta, favor informar.

AnEXO 1 - Lista de Presença da Oficina (07/05/05)

Nome	Instituição	Cargo	Telefone	E-mail
Nádia Galvão Melo	Fazag	Estudante	(73) 3255-1526 (73) 8108-1909	nadinhagm@yahoo.com.br
Leila Santos Silva	Fazag	Estudante	(73) 8802-6185	Leilatur.al@yahoo.com.br
Lívia L. Pereira da Silva	Fazag	Estudante	(73) 3697-1185	livialuiza@yahoo.com.br
Valdirene dos Santos Souza	Assoc. Comum. Ordem e Progresso dos Moradores do bairro da Vitória	Presidente	(73) 8102-3185	
Gilmara Souza Almeida	P.M.C	Telefonista e Recepcionista	(73) 8801-1834	
Ivete Souza Oliveira	P.M.C	Secretária	(73) 3255-1104	
Bartira Soares da Paixão	IDC	Educadora	(73) 3253-1097	bartirapaixão@bol.com.br
Adriana M ^a . A. de Araújo	IDC	Coordenadora	(73) 3255-1097	driabreu@ig.com.br
Nívea Barro	PMC/SEMAS	Sec. Ass. Social	3255-1147	niveabarros@bol.com.br
Joubert L. Ribeiro	P.M Camamu	Sec. Des. Econômico	3255-2109	joubertribeiro@hotmail.com
Renato Matos	P.M Camamu	Sec. Meio Ambiente	3255-2105	
José Maurício	FAZAG	Estudante	3255-1113	
Eduardo Quinto	EBDA	Tec. Desenv. Rural	3255-22274	
Jomar Carlos dos Santos	Protocolo		3255-22274	
Jaques Santos	P.M C	Assessor	3255-2109	jaquessilva@yahoo.com.br
Andreilson Bonfim	P.M. C	Assistente	3255-2109	Andreilson.bomfim@bol.com.br
Amilton	P.M. C	Chefe de Setor	3255-1723	
Andréa	P.M C	Sec. ADM	3255-2124	
Adelino T. Filho	P.M C	Dir. Dep. Pessoal	8806-6825	
Alice Maria S. Souza	P.M C	Professora	3255-1101	
George K. S. Goza	ASMOTAC – Moto Táxi	Presidente	(73) 8805-0170	
Otávia C. A. Rocha	Esc. A.C.M	Diretora	3255-2372	octaviarocha@hotmail.com
Maria do Carmo A. G. Barro	Escola Eponina	Diretora	3255-1278	
Benedita F. Bomfim	P.M.C	Sec. Esc. Municipais	3255-1398	
Pompilio Sampaio Neto	P.M.C	Sec. Obras	(73) 8802-5408	

Adalberto Q. Pirajá	P.M.C	SAC Municipal	(73) 8802-0097	
Renata S. Matos	P.M .C	Gabinete	(73) 8804-6427	
Klebson Santos Fernandes	P.M.C	Operador de Xerox	(73) 3255-2258	
Júlio César	P.M.C	Oper. Xerox	(73) 3255-2258	
Paulo César Moreno	SAC Municipal	Fiscal		
Daniella Aguiar	P.M.C	Dir. Turismo	8115-1715	
Mariza H. Ciciliani	Pousada Ilha do Gato	Proprietária	(73) 3255-1900	info@ilhadogato.com.br
Vera Lúcia Matos	Natur e Mar Turismo	Proprietária	(73) 3255-2343	vera@naturemar.tur.br
Márcio Roberto	Natur e Mar Turismo	Proprietária	(73) 3255-2343	marcio@naturemar.tur.br
Sonia S. Rocha	Prefeitura	Sec. de Turismo	8802-2407	Soniarocha10@uol.com.br
Ana Maria A. Lemos	Escolas	Coordenação	88054954	
Eliene Viana S. Gomes	Escolas	Coordenação	(73) 3255-1026	
Celidalva E. de Jesus	Escolas	Diretora	88011669	
Sonilce Ferreira	Escolas	Diretora	(73) 3255-2367	
Carlos Cássio	P.M.C	Diretor de Eventos	(73) 8105-8461	carloscassio@hotmail.com
Wellington S. dos Santos	Escola	Diretor	(73) 3255-2374	wullingtonsantos@bol.com.br
Maria de Lourdes	Col. Marcelino Borges	Diretor	(73) 3255-1130	
Márcio C. Vivas	P.M.C	Diretor		marciiovivas@hotmail.com
Elizabete Santana	Escola	Diretora	(73) 3697-1044	
Maria Conceição S.F Bonfim	Escola	Diretora	(73) 3697-1016	
Nelma Sueli dos Santos	Escolas	Coordenadora	(73) 3697-1021	
Ivana Cardoso do Nascimento	P.M.C	Sec. Educação	(73) 3255-2113	ivanacardoso@yahoo.com.br
Eliene Costa	Sec. Educação	Chefia	(73) 3255-2113	

ANEXO 3

AÇÃO DO PMGT FINANCIADA PELO PRODETUR

Em cooperação com os municípios selecionados⁶, a CONDER está executando uma das principais ações idealizadas pela SETUR, no PMGT: o desenvolvimento de um sistema de informações baseado em geotecnologias, que auxilie na gestão municipal das áreas de turismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento urbano. O financiamento da ação origina-se do PRODETUR/NE-II, cuja responsabilidade é, neste programa, compartilhada entre BNB e SETUR.

A ferramenta tecnológica vai possibilitar o cadastro georreferenciado da oferta turística nos municípios selecionados. Deverá apoiar o planejamento e a operação das atividades turísticas com suporte de informações específicas do uso do solo e legislação, e ainda facilitar a articulação entre as diversas secretarias e órgãos municipais e/ou estaduais.

O objeto do trabalho inclui a adaptação/elaboração e implantação do “*Sistema de gerenciamento de bases de dados geográficos municipais*” (GEOPOLIS), um banco de dados voltados para o turismo e áreas afins; também a criação de um Portal WEB GEO, para consulta e interação com o usuário, no qual será organizado e disponibilizado o GEOPOLIS.

O sistema permite que as informações georreferenciadas possam ser exibidas em vários níveis ou camadas (vistos individualmente ou sobrepostos). Também possibilita a edição gráfica dos níveis de informação e a associação dos elementos representados com seus atributos específicos, permitindo criação, alteração e exclusão de registros, além das consultas ao banco de dados.

Além de mostrar imagens de satélite e aerofotogramétricas dos municípios, o sistema possibilita o georreferenciamento de atrativos, equipamentos e serviços

⁶ Cairu, Camaçari, Camamu, Itacaré, Itaparica, Maraú, Mata de São João, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Valença e Vera Cruz

turísticos, unidades de conservação, novos empreendimentos turísticos, entre outros.

As consultas poderão ser realizadas através da seleção espacial de um elemento ou da indicação de um atributo que o caracteriza, gerando listagem dos dados identificados com a característica ou indicação no mapa. Além das geração de imagens em tela, será possível imprimir mapas, relatórios e listagem de dados.

Os usuários deverão ter permissões específicas para cada nível de informação disponível. Na medida do seu interesse, poderão obter dados que possam promover investimentos, conhecer a infraestrutura local, dados gerais do município e oferta turística.

As informações específicas de promoção do turismo, que divulguem as atividades de lazer, entretenimento, história e cultura, hotelaria e gastronomia, poderão ser acessadas pelo público em geral através do Portal WEB GEO.

Para melhor ilustrar esta ação, também vão anexados a este plano os Termos de Referência que subsidiaram as aquisições das ferramentas tecnológicas bem como a respectiva implantação das ações.

